

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ
CONCIDADES-CE**

RELATÓRIO 2014

**FORTALEZA
JANEIRO 2015**

PRESIDÊNCIA

Carlo Ferrentini Sampaio
PRESIDENTE

Mário Fracalossi Júnior
VICE PRESIDENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

Francisco das Chagas Lopes da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO

Isaura Maria Garcia
e
Sâmia Karininy Oliveira Moura
EQUIPE TÉCNICA

FORTALEZA
JANEIRO 2015

SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	04
2.	Destaques atuação 2014.....	06
3.	Anexos	09
	• Missão, Visão de Futuro, Finalidade e Objetivos Estratégicos.....	09
	• Plano de Ação.....	10
	• Ata 16ª Reunião Ordinária – 19 de fevereiro de 2014.....	13
	• Ata 17ª Reunião Ordinária – 28 de abril de 2014.....	19
	• Ata 18ª Reunião Ordinária – 16 de junho de 2014.....	30
	• Ata 19ª Reunião Ordinária – 18 de agosto de 2014.....	36
	• Ata 20ª Reunião Ordinária – 20 de outubro de 2014.....	50
	• Ata 21ª Reunião Ordinária (Minuta) – 15 de dezembro de 2014.....	58



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual das Cidades do Ceará – ConCidades/CE, criado pela Lei Nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, constitui importante instrumento de gestão democrática da Política de Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, do Estado do Ceará.

Na sua composição, o ConCidades/CE conta com a participação de vinte e nove entidades membros titulares e suas respectivas suplentes, sendo treze pertencentes ao Poder Público e dezesseis à Sociedade Civil, as quais cumprem mandato de três anos.

A Gestão 2013-2016 encontra-se assim representada:

Poder Público

Federal:

- Caixa Econômica Federal;
- Superintendência do Patrimônio da União no Ceará;

Estadual:

- Secretaria das Cidades;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria do Planejamento e Gestão;
- Secretaria do Turismo;
- Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente;
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico;
- Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará;
- Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;

Municipal:

- Prefeitura Municipal de Fortaleza;



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

- Associação dos Municípios do Estado do Ceará;
- União dos Vereadores e Câmaras do Ceará.

Sociedade Civil

- Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas;
- União Nacional por Moradia Popular;
- Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza;
- Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará;
- Conselho comunitário de Defesa Social;
- Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará;
- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará;
- Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará;
- Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará;
- Universidade Federal do Ceará;
- Universidade Regional do Cariri,
- Associação dos Geógrafos Brasileiros;
- Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos;
- Associação Beneficente de Guaiúba.

Ressalte-se que, como forma de ampliar a participação da Sociedade Civil nas decisões do ConCidades/CE, para cada uma de suas dezesseis entidades titulares, outra entidade, diversa da titular, exerce a respectiva suplência.



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

2. DESTAQUES ATUAÇÃO 2014

No exercício de 2014, o ConCidades realizou 06 reuniões ordinárias: 19 de fevereiro, 28 de abril, 16 de junho, 18 de agosto, 20 de outubro e 15 de dezembro. De sua atuação, nesse período, destaque-se:

- ✓ A Elaboração do Planejamento Estratégico do ConCidades/CE para o período gestacional 2013-2016, que culminou na definição de suas *Missão e Visão de Futuro*, bem como na definição de seus *Objetivos Estratégicos* e no respectivo *Plano de Ação*, documentos, estes, anexados ao presente relatório;
- ✓ Aprovação de Resolução recomendando a realização de nove Seminários Regionais para incentivar os municípios a criarem e implantarem seus Conselhos Municipais, esforço, este, que resultou na participação de 51,09% dos 184 municípios cearenses, contando, cada um dos encontros, com uma média de 58 participantes pertencentes a diversos segmentos da Sociedade Civil e do Poder Público. A cada encontro, eram apresentados os objetivos e finalidades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, além do conceito, objetivos e funções de um Conselho de Políticas Públicas. Feita essa contextualização, adentrava-se propriamente, no ConCidades, discorrendo sobre suas atribuições e sobre o papel do conselheiro. Por fim, apresentava-se um roteiro sobre a criação, estruturação e composição do Conselho, bem como os passos que deveriam ser dados até o seu completo funcionamento. As discussões sobre os Instrumentos de Planejamento Urbano e o papel do Conselho Municipal no processo de construção dos Planos Municipais previstos em Lei constituíram ponto alto em cada encontro;
- ✓ Aprovação de Resolução recomendando a proposição de um Pacto pelo Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará, a ser firmado entre o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, as Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores dos municípios cearenses, com o objetivo de estabelecer um



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

compromisso, entre eles, de criação de um ambiente de discussão com a sociedade sobre a necessidade de cumprimento da legislação vigente e sobre a estratégia a ser adotada para garantir o desenvolvimento econômico e social equilibrado das nossas cidades. Para alcançar esse objetivo, o instrumento pressupõe que sejam criados fóruns de discussão multiparticipativos regionais e, sempre que possível, municipais, de onde advenham propostas a serem pactuadas por todos os partícipes - poder público e sociedade civil. Ao Conselho Estadual das Cidades do Ceará e aos Conselhos Municipais das Cidades caberá a responsabilidade de articular os eventos e consolidar todo o material produzido;

- ✓ Apresentação do Programa de Formação de Conselheiros, criado e executado com a parceria da Escola de Gestão Pública e da Universidade do Parlamento Cearense. Do referido Programa foram realizados os seguintes Cursos de Capacitação no exercício de 2014: “Noções de Orçamento Público e suas Implicações no Cotidiano” e “Lei de Acesso à Informação”;
- ✓ Discussão sobre a permanência ou não do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza e do Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri, que gerou a Resolução do Conselho em mantê-los por um prazo de 120 dias (em curso), após o qual será submetido a nova avaliação quanto à permanência ou extinção dos mesmos;
- ✓ Apresentação do Plano de Ação de cada um dos Comitês do ConCidades, elaborado a partir das propostas priorizadas na 5ª Conferência Estadual das Cidades pertinentes a suas respectivas áreas de atuação, como forma de viabilizar a execução das mesmas, subsidiando a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e PPA – 2016-2019; e
- ✓ Aprovação de Resolução recomendando às entidades que compõem o Conselho Estadual das Cidades a fomentarem a criação, implementação e



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades, nos seus respectivos municípios de atuação.

A partir de demandas formuladas pelos conselheiros, foram realizadas, ainda, as seguintes apresentações ao longo das seis reuniões ordinárias ocorridas em 2014, todas com o objetivo de informar, esclarecer e melhor subsidiar os conselheiros em suas atuações, seus posicionamentos e deliberações, tanto no âmbito do ConCidades como nas suas frentes de trabalho:

- ✓ Apresentação do Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará – IDECI sobre sua razão de existir e os principais produtos com os quais trabalha, realizada por diretores do Instituto;
- ✓ Apresentação do Programa Minha Casa Minha Vida I e II, com foco nos Resultados obtidos no Ceará, feito por representante da Caixa Econômica Federal;
- ✓ Apresentação do Programa Papel da Casa, feita por representante da COHAB;
- ✓ Apresentação dos resultados dos Observatórios Econômicos Sociais do Ceará, feita pelo Orientador de Célula de Apoio ao Fortalecimento Econômico, da Secretaria das Cidades;
- ✓ Apresentação do Projeto Atlas de Divisas Georreferenciadas do Ceará, realizada conjuntamente por representantes do IPECE, IBGE e Assembléia Legislativa; e
- ✓ Apresentação da Execução Orçamentária da Secretaria das Cidades, feita pelo então Secretário Adjunto das Cidades, Sr. Mário Fracalossi.

Constituem parte integrante deste relatório todas as atas das seis reuniões ordinárias realizadas no ano de 2014, bem como o Plano de Ação do Conselho para o período 2013-2015. Estas e outras informações pertinentes ao ConCidades/CE também podem ser facilmente obtidas no site da Secretaria das Cidades (<http://www.cidades.ce.gov.br>), acessando-se, neste, a guia ConCidades.

Fortaleza-Ce, 30 de janeiro de 2015.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

3. ANEXOS

CONCIDADES / CE

Missão:

Contribuir na construção de cidades mais justas e sustentáveis, fortalecendo a política nacional de desenvolvimento urbano.

Visão de Futuro:

Ser referência no modelo de gestão participativa até 2016, transformando a realidade das cidades cearenses com justiça e sustentabilidade.

Finalidade:

Formular, estudar, propor e deliberar diretrizes e instrumentos para a política de desenvolvimento urbano e integração regional, sobretudo para as políticas de habitação, saneamento, mobilidade e transporte urbano.

Objetivos Estratégicos:

- Propor diretrizes estaduais de desenvolvimento urbano, de acordo com a Política Nacional;
- Pleitear junto à Secretaria das Cidades a implementação das propostas prioritárias aprovadas na 5ª Conferência Estadual;
- Elaborar e implementar plano de capacitação para os Conselheiros;
- Fortalecer a Integração Regional;
- Fomentar e apoiar a criação e implementação dos Conselhos Municipais.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

ConCidades - CE

PLANO DE AÇÃO

Responsável: Secretaria Executiva e Coordenação Executiva
Abrangência: 2014 - 2016



Última atualização: 20/01/2015

AÇÕES / PASSOS (O que / Como)	QUEM	QUANDO			STATUS	Farol	OBS
		Início	Fim	Repr.			
Nivelamento							
Apresentar estatuto da cidade para os conselheiros	Secretaria Executiva	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Ofício enviado ao MCidades; Aguarda-se resposta sobre viabilização palestrante.
Apresentar macrorregiões (territórios)	Secretaria Executiva	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Convidar Secretaria de Planejamento para apresentação. (Resp. Conselheira Sandra de Souza)
Apresentar programa de mobilidade urbana	Secretaria Executiva	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Ofício enviado ao MCidades; Aguarda-se resposta sobre viabilização palestrante.
Capacitação							
Capacitar dos Conselheiros Estaduais	Sec. Cidades, Seplag/EGP e Sec. Executiva ConCidades	Ago 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Criado o Programa de Formação de Conselheiros. Duas (2) capacitações concluídas em 2014: "Lei de Acesso à Informação" e "Noções de Orçamento Público". Solicitada por Ofício ao MCidades viabilização palestrante para tema Mobilidade Urbana e Transporte.
Estabelecer parcerias com a Unipace, EGP, Ideci e Aprece (certificação)	Secretaria Executiva	Mar 2014	Dez 2014		Concluída		Parceria estabelecida com EGP e Unipace.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

AÇÕES / PASSOS (O que / Como)	QUEM	QUANDO			STATUS	Farol	OBS
Fomentar e apoiar a Criação dos Conselhos Municipais							
Fomento							
Organizar e realizar Seminários Regionais							
Definir cronograma e locais de realização dos Seminários Regionais	Coordenação Executiva	Mar 2014	Abr 2014		Concluída		Proposta apresentada na 2ª reunião da Comissão Executiva; Acordada e promovida a realização de ajustes.
Identificar os membros em potencial, por município, envolvendo os eventuais grupos de tensão social		Mar 2014	Jun 2014		Concluída		Ação realizada durante os Seminários.
Sensibilizar as lideranças e os formadores de opinião municipais		Mai 2014	Jun 2014		Concluída		Ação realizada durante os Seminários.
Fornecer passo-a-passo de criação dos Conselhos Municipais (lei de criação, regimento etc..)	Secretaria Executiva	Mar 2014	Jun 2014		Concluída		Disponibilização de orientações no site da SCidades/ConCidades e nos Seminários Regionais.
Apoio à implementação							
Criar uma comissão do ConCidades para acompanhar a implantação dos conselhos municipais, de acordo com as macrorregiões	ConCidades	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Membros da Secretaria Executiva estão acompanhando a implantação.
Formalizar Conselhos Municipais	Prefeituras	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Vinte e três (23) Conselhos encontram-se em processo de reestruturação / formalização.
Capacitar Conselheiros	Sec. Cidades, Seplag/EGP e Sec.Executiva ConCidades	Ago 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	O Programa de Formação de Conselheiros prevê o atendimento futuro, no nível municipal.
Criar canais de comunicação entre os conselheiros municipais, município e o ConCidades-CE	Secretaria Executiva	Jan 2015			Em Andamento ou Não iniciada	2	Projeto de criação de Fórum, em fase de elaboração pela COTIC.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

AÇÕES / PASSOS (O que / Como)	QUEM	QUANDO			STATUS	Farol	OBS
Fortalecer a Integração Regional							
Apresentar propostas aprovadas nas Conferências Municipais	Secretaria Executiva	Abr 2014	Dez 2014		Concluída		Propostas apresentadas nas reuniões de 2014.
Criar canal de comunicação (blog, site, etc..) com os municípios e e soc. Civil envolvida na execução e acompanhamento das políticas urbanas setoriais (PNDU)	Secretaria Executiva	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Site da Secretaria das Cidades, com espaço exclusivamente reservado para o ConCidades.
Sensibilizar o Governo que a alocação de recursos seja prioritariamente nos municípios com gestão plena de planejamento urbano	Presidencia e Sec.Executiva ConCidades	Mar 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Dependendo da aprovação do "Pacto para o Desenvolvimento Urbano no Ceará" pelo Governador.
Propor Diretrizes Estaduais de Desenvolvimento Urbano de acordo com a Política Nacional							
Definir práticas que promovam a integração transversal das políticas públicas	Presidencia e Sec.Executiva ConCidades	11 de março 2014			Em Andamento ou Não iniciada	2	Reunião c/AL-CE s/o Pacto p/Desenv. Urbano realizada mar/2014; TR elaborado em Set/2014; Proposta enviada à apreciação do Governador.
Elaborar diagnóstico temático de cada comitê	Comitês				Em Andamento ou Não iniciada	2	
Pleitear junto a Sec. Cidades a implementação das propostas prioritárias aprovadas na 5ª Conferência Estadual							
Solicitar a Sec.Cidades análise das propostas prioritárias aprovadas na 5ª Conferência Estadual e apresentação do seu Plano de Ação	ConCidades / Comitês	Out 2014	Dez 2014		Concluída		Na 20ª reunião foi apresentado o quadro das propostas priorizadas na 5ª Conferência Estadual, por Comitê/tema. Na 21ª reunião cada Comitê apresentou seu Plano de Ação, onde encontram-se estabelecidas ações para viabilizar a concretização das propostas priorizadas, afetas a sua área de atuação.
Propor um calendário de reuniões trimestrais para acompanhar o andamento da execução das ações prioritárias	ConCidades	Fev 2015			Em Andamento ou Não iniciada	2	O assunto será debatido na 22ª reunião do ConCidades / CE.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 16ª REUNIÃO DO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE**

1 LOCAL, DATA E HORA: Romanos Hotéis Eventos e Turismo, sito a Rua Padre Pedro de
2 Alencar, 2230, Messejana, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo nono dia do mês de
3 fevereiro de dois mil e quatorze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros
4 efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto e Vice-
5 Presidente do ConCidades/CE, Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1) Abertura, Informes,
6 Aprovação da Pauta e Aprovação da Ata da 15ª reunião; 2) Eleição da Comissão Mista e eleição
7 dos Comitês Técnicos; 3) Deliberação sobre representações com pendências; e 4) Definição do
8 Calendário Anual de Reuniões. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e
9 suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo;
10 Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais,
11 Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e ouvintes,
12 conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O mestre de cerimônia, Sr. Luan
13 Herculano, saudou os presentes, dando início à condução do encontro. Em seguida, passou a
14 palavra ao Sr. Carlo Ferrentini, Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades, que procedeu
15 à abertura oficial da 16ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE, convidando o Sr. Mário
16 Fracalossi, Secretário Adjunto e Vice-Presidente do ConCidades/CE, e o Sr. Magno Coelho,
17 Secretário Executivo das Cidades, para comporem a mesa de abertura. Em breves palavras,
18 ressaltou o espaço democrático que constitui o ConCidades, onde o Poder Público e a Sociedade
19 Civil têm a oportunidade de se manifestar, discutir e deliberar sobre temas importantes. Na
20 sequência, passou a palavra ao Sr. Mário Fracalossi que, após saudar todos os presentes,
21 mencionou a objetividade da Pauta da 16ª reunião ordinária, considerando que na tarde do
22 mesmo dia e nos dois dias subsequentes, dar-se-ia início a um trabalho importante, fruto da
23 reivindicação dos conselheiros da gestão anterior, aquiescida pela Secretaria das Cidades, que seria
24 o de elaboração do Planejamento Estratégico do ConCidades para o novo período gestacional de
25 2013 a 2016. Após ler os itens que compunham a Pauta, passou a palavra ao Secretário Executivo
26 do ConCidades/CE, Francisco Lopes, que deu continuidade à reunião passando à leitura da Ata
27 da reunião anterior, a qual foi aprovada por todos os conselheiros presentes. Em relação à Pauta
28 da 16ª reunião, manifestou-se, primeiramente, o Sr. Leonardo, do IDECI, solicitando que, se
29 possível, fosse incluído na pauta espaço para apresentação do IDECI, a ser feita pelo Dr. Júlio
30 César. Após algumas ponderações, ficou acordado entre os presentes que referida apresentação
31 dar-se-ia na próxima reunião do ConCidades. Em seguida, manifestou-se o conselheiro
32 representante da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza-FBFF, Sr. Natanael
33 Alves Mota, para sugerir, em razão de estar tramitando na Assembléia Legislativa uma proposta
34 de extinção do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, que fosse incluído na
35 pauta um espaço para o debate sobre referido tema, tendo em vista a fundamental importância
36 do referido Fundo para a efetivação da política de regularização fundiária, entre outras questões.
37 Sobre a sugestão apresentada, Francisco Lopes esclareceu que a pauta daquela reunião havia sido
38 definida com o intuito de regularizar algumas pendências, entre as quais a formação dos Comitês
39 Técnicos, acrescentando que no planejamento desses comitês esse e outros temas poderiam ser



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

40 discutidos e sugeridos para pauta das próximas reuniões. O Sr. Natanael voltou a insistir para que
41 fosse aberto espaço naquela reunião. Francisco Lopes, então, sugeriu, como encaminhamento,
42 que a Secretaria das Cidades entrasse em contato com a Assembleia Legislativa para situar-se
43 sobre a real situação do projeto que tramitava, sobre a extinção do FEHIS, e, caso a Assembleia
44 aceitasse suspender a sua tramitação, solicitasse a realização de uma Audiência Pública, com o
45 objetivo de discutir o assunto com a Sociedade Civil. Em seguida, pediu a palavra o Secretário
46 das Cidades e Presidente do ConCidades, Carlo Ferrentini, ressaltando que, embora não fizesse
47 parte da pauta, gostaria que o Sr. Flávio, da coordenadoria de Habitação da SCidades,
48 tecnicamente, se manifestasse para esclarecer todos sobre o tema. O Sr. Flávio, então, fez um
49 breve histórico de todo o processo que culminou na mensagem de extinção do FEHIS, que
50 tramitava na Assembleia, ressaltando que tal fato não causaria qualquer prejuízo à Política
51 Habitacional do Estado, pelo contrário, se tivesse que passar o recurso pelo FEHIS, não haveria
52 condição de cumprir os prazos necessários ao Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, que é
53 um programa cêlere. Relativamente à Política de Regularização Fundiária, tanto no âmbito
54 Urbano, quanto no Rural, enfatizou que a extinção do FEHIS também não lhe acarretaria
55 qualquer prejuízo. Acrescentou, ao final, que o FEHIS só existia para que o Estado pudesse
56 adentrar no Programa de Habitação de Interesse Social e que, em consulta feita ao Ministério das
57 Cidades, antes de se finalizar a mensagem de extinção, o Ministério informara que o Programa
58 estava totalmente inoperante e sem previsão de voltar a ser operacionalizado, razão porquê o
59 FEHIS perdia sua razão de existir. Após a manifestação do Sr. Flávio, o Sr. Mário Fracalossi
60 interveio e acrescentou que, em razão do quanto ali acabara de ser exposto e baseado no relatório
61 de auditoria do Tribunal de Contas do Estado - TCE, a Mensagem havia sido enviada à
62 Assembleia Legislativa. Ressaltou, ainda, que já haviam sido feitas as leituras e que a Mensagem já
63 havia sido aprovada em plenário. Após esta manifestação, a palavra retornou para o Secretário
64 Carlo Ferrentini que, após reconhecer interessante o pleito do Sr. Natanael, pontuou que não se
65 estava conseguindo viabilizar qualquer recurso via FEHIS e que o Programa MCMV se
66 apresentava muito mais efetivo e veloz, trazendo melhores resultados do que os repasses para
67 determinados fundos. Por fim, acrescentou que se hoje a sociedade estava buscando,
68 desburocratização, melhoria e velocidade, esse se apresentava como o melhor caminho, mas, se
69 num momento futuro fosse suscitada a criação de um fundo para repasses a planos urbanísticos
70 ou rurais, não haveria qualquer problema em criar-se uma nova situação. O Sr. Natanael-FBFF
71 retomou a palavra e, sobre as colocações feitas, disse que havia situações sobre moradia que não
72 eram resolvidas pelo Programa MCMV, do qual reconhecia a excelência, embora não
73 concordasse com a desburocratização a ele atribuída, e ressaltou que não se deveria ficar à merce
74 apenas de um Programa porque existem outras situações, inclusive de regularização fundiária,
75 inclusive em Fortaleza, emperradas por causa de recursos. Concluindo sua fala, o Sr. Natanael-
76 FBFF, a partir de informação recebida à ocasião, de que a Mensagem de extinção do FEHIS já
77 havia sido aprovada pela Assembleia, manifestou seu pesar pelo fato uma decisão daquela
78 importância ter sido tomada sem que o ConCidades fosse consultado e se posicionado
79 formalmente sobre o assunto. A palavra voltou, então, para Francisco Lopes, Secretário
80 Executivo do ConCidades, que lembrou ser aquela a primeira reunião da nova Gestão do
81 ConCidades; que a pauta daquele encontro havia sido submetida à aprovação de todos ao início
82 da reunião, tendo recebido aprovação unânime; e que a extinção do FEHIS, se a Sociedade Civil



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

83 assim o desejasse, poderia vir a constituir-se item da pauta, em futura reunião do Conselho. Em
84 seguida, passou a palavra à Sra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas, conselheira, representante da
85 Universidade Federal do Ceará-UFC, a qual, ainda sobre a extinção do FEHIS, solidarizou-se
86 com o representante da FBFF, Sr. Natanael, não só colocando que na hora que se extingue o
87 fundo, está se diminuindo, também, a possibilidade de atuação do ConCidades e de efetivação do
88 Plano Estadual de Habitação, como, também, lamentando que o assunto não tenha sido
89 discutido no âmbito do ConCidades, frisando, contudo, que aquela situação deveria ser tomada
90 como lição para que todos pudessem se fortalecer como Conselho e este tivesse mais
91 possibilidade de dialogar com o Estado, desde o início daquela nova gestão. Em seguida, pediu a
92 palavra o Sr. Anderson Rafael Cavalcante Nunes, conselheiro suplente, representante da
93 Associação dos Municípios do Estado do Ceará-APRECE, para propor que o FEHIS já fosse o
94 primeiro assunto do Comitê de Habitação, o qual poderia solicitar, por exemplo, um relatório da
95 gestão dos últimos três anos de atuação daquele fundo, para, a partir desse documento, obter-se
96 um melhor conhecimento e poder-se chegar a um posicionamento mais maduro sobre o tema.
97 Retornada a palavra para Francisco Lopes, este aproveitou para lembrar que um dos temas da
98 última Conferência Nacional das Cidades fora o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano-
99 SNDU, que englobava todas essas questões, e sugerir que o ConCidades trabalhasse focado no
100 que foi proposto na 5ª Conferência Estadual e na Nacional, para corrigir algumas questões que
101 vinham sendo discutidas ao longo dos últimos anos, de forma isolada. Assim, concluiu, acreditava
102 que o Planejamento Estratégico do ConCidades, que se seguiria àquela reunião, se apresentava
103 como uma excelente oportunidade para o Conselho trabalhar com mais objetividade, com cada
104 Comitê definindo suas ações alinhadas com as estratégias definidas na última conferência, para
105 alcançar resultados mais concretos, dentro do que se encontrava proposto na Política Nacional
106 de Desenvolvimento Urbano. Retomando a Pauta da 16ª reunião, o Sr. Francisco Lopes
107 procedeu à eleição dos membros que iriam compor a **Comissão Mista**, formada por cinco
108 conselheiros, sendo três da sociedade civil e dois do poder público, para atuar junto à Secretaria
109 Executiva na deliberação de pautas e/ou propostas para as reuniões do ConCidades-CE. A
110 eleição se deu por manifestação direta dos conselheiros presentes, tendo sido eleitos para compor
111 a Comissão Mista, representando a Sociedade Civil, a Sra. Ana Virgínia Ferreira Carmo, do
112 Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas-MLB, o Sr. Hércules Lopes Agostinho, da União
113 Nacional por Moradia Popular-UNMP, e o Sr. Francisco Jacinto Araújo da Silva, da Associação
114 Comunitária Beneficente do Jaçanaú e Adjacências-ACOBÉJA. Para representar o Poder
115 Público, na Comissão Mista, foram eleitas a Sra. Elaine Lima Paiva, representante da Associação
116 de Municípios do Ceará-APRECE e a Sra. Sandra de Souza, representante da Secretaria do
117 Planejamento e Gestão-SEPLAG. Ao final da eleição, a Sra. Ana Virgínia, do MLB, interveio
118 para sugerir a mudança do nome de Comissão Mista para Comissão Executiva, em razão do
119 papel que desempenhará junto à Secretaria Executiva do ConCidades, sugestão, esta, corroborada
120 pelo Sr. Hércules Nascimento-UNMP, argumentando que, dessa forma, inclusive, seguir-se-ia os
121 moldes do Conselho Nacional das Cidades. A sugestão foi acatada pelos presentes, ficando a
122 Secretaria Executiva do ConCidades responsável por adotar os procedimentos cabíveis à
123 realização da mudança aprovada. Avançando na Pauta, deu-se início, em seguida, ao processo de
124 composição dos Comitês Técnicos, que se deu por manifestação de interesse, de cada
125 conselheiro, titular ou suplente, em relação ao Comitê do qual gostaria de participar, tendo, ao



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

126 final desse processo, o **Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social** sido
127 integrado pelos seguintes membros, Hércules Lopes Agostinho-UNMP, Ana Virgínia Ferreira
128 Carmo-MLB, Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa, do Centro de Estudos, Articulação e
129 Referência sobre Assentamentos Humanos, José Aírton Etelvino Silva, da Federação das
130 Associações de Itapajé-FAITA, Antonia Luzanira Lima, da Federação das Organizações Sociais
131 do Município de Tauá, José Ivan de Oliveira, da Federação das Associações Comunitárias do
132 Município de Barro, Anderson Rafael Cavalcante Nunes-APRECE, Adaias de Souza Bezerra, do
133 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria, Massas Alimentícias e
134 Biscoitos do Município de Maracanaú, Antônio Moura Câmara, da Câmara de Dirigentes Lojistas
135 de Maracanaú, Marcelo Rodrigues da Silva, da Caixa Econômica Federal, e Olinda Maria
136 Marques dos Santos, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O **Comitê de Saneamento**
137 **Ambiental e Saúde** ficou composto por José da Silva Sousa, da Federação Sobralense de
138 Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social, Leonardo
139 Pinheiro, da Federação das Entidades Comunitárias de Solonópole, Afonso Cordeiro Torquato
140 Neto, do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, José Valter Alves Saraiva, da
141 Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará, e Carlos
142 Alberto Félix Nogueira Lima, da Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos
143 Produtores do Ceará. Já o **Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial**
144 **e Integração Regional**, foi integrado por Sandra de Souza-SEPLAG, Antônio Sérgio Porto
145 Sampaio, do Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis
146 Residenciais e Comerciais do Ceará-SECOVI, José Valdo Mesquita Aires Filho, da Secretaria do
147 Turismo, Natanael Alves Mota, da FBFF, João Augusto Goes Mota, União dos Vereadores e
148 Câmaras do Ceará, Elaine Lima Paiva, da APRECE, Djalma Magalhães Carneiro, do Sindicato da
149 Indústria Salineira do Estado do Ceará, Cicero Ricardo Pereira Pinho, do Conselho Comunitário
150 de Defesa Social, Vinicius Noronha da Costa, da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará,
151 Lia de Souza Parente, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas,
152 da UFC. Finalmente, o **Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana** ficou assim constituído,
153 Galba Antônio de Negreiros Bessa, do Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico,
154 Francisco Jacinto Araújo da Silva, da ACOBEJA, Cyro Régis Castelo Vieira, da Secretaria de
155 Infraestrutura, Firmiana Santos Fonseca Siebra, da Universidade Regional do Cariri, e Carlos
156 Josué de Assis, da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Na sequência, Francisco Lopes,
157 Secretário Executivo do ConCidades, relativamente aos conselheiros ausentes àquela reunião,
158 informou que seriam convidados a se manifestar, por e-mail, em relação aos Comitê do qual
159 gostariam de participar, observada a limitação de vagas de cada um. Dando sequência aos itens
160 previstos na Pauta, passou-se à apresentação de duas sugestões de calendário de reuniões do
161 ConCidades para o exercício 2014, tendo sido aprovado, por unanimidade, após amplo debate, o
162 calendário a seguir, bem como se estabelecido que as reuniões dos Comitês ocorreriam na parte
163 da manhã, no mesmo dia das reuniões do ConCidades.

Fevereiro	Abril	Junho	Agosto	Outubro	Dezembro
19 à 21/02/14					
Reunião e	28/04/14	09/06/14	18/08/14	27/10/14	15/12/14
Planejamento	SEGUNDA	SEGUNDA	SEGUNDA	SEGUNDA	SEGUNDA
Estratégico					

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéa
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

164 Em seguida, Francisco Lopes passou ao último tópico previsto na Pauta, ou seja, a deliberação
165 sobre pendências de entidades membros do ConCidades. Neste sentido, Francisco Lopes
166 colocou aos presentes que o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará-SINDUSCON
167 e Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, eleitos como membros do ConCidades, na 5ª
168 Conferência Estadual das Cidades, até aquele momento, ainda não haviam indicado seus
169 representantes. A outra pendência, acrescentou, dizia respeito a uma vaga de Suplente do
170 ConCidades a ser preenchida, no segmento Movimentos Sociais e Populares. Sobre o caso do
171 SINDUSCON, Mário Fracalossi, Secretário Adjunto das Cidades, no sentido de contribuir para
172 melhor subsidiar a decisão que os conselheiros deveriam tomar em seguida, relatou que havia
173 participado recentemente de reunião em que aquela entidade também se fizera presente, ocasião
174 em que se justificou sobre a demora na indicação de seu representante no ConCidades,
175 mencionando a recente mudança promovida na sua diretoria, e pedindo que o Conselho
176 aguardasse um pouco mais a resposta da entidade, comprometendo-se a manifestar-se naquele
177 sentido até a próxima reunião do Conselho. Feito o relato, o Sr. Fracalossi ressaltou que ficava a
178 critério do Conselho deliberar sobre a permanência ou não do SINDUSCON no ConCidades,
179 enfatizando que, particularmente, achava importante mantê-lo, pois ele reunia todas as empresas
180 da construção civil, principalmente na área habitacional, e que isso só melhoraria o debate. Na
181 sequência, o Sr. Antônio Sérgio Porto Sampaio-SECOVI interveio para colocar que participou da
182 5ª Conferência Estadual das Cidades e que ali o SINDUSCON não se havia feito representar,
183 pois a pessoa que se apresentara como sendo seu representante sequer era filiado àquele
184 Sindicato. Após essa manifestação, Francisco Lopes colocou que na Conferência não se exigiu
185 dos participantes comprovação oficial de que eram os legítimos representantes das entidades. De
186 outro lado, lembrou que a eleição realizada na 5ª Conferência Estadual foi das entidades que
187 deveriam compor o Conselho, as quais, posteriormente, seriam solicitadas a indicar seus
188 representantes. Concluindo, disse que as entidades eleitas à ocasião tinham suas vagas garantidas,
189 independentemente de quem viessem a indicar para representá-las. Relativamente ao segundo
190 caso, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, Francisco Lopes, Secretário Executivo do
191 ConCidades, informou que também não havia indicado representante até aquele momento e que
192 o prazo era até o dia da convocação da próxima reunião do Conselho, e que se essas duas
193 entidades não indicassem seus representantes até lá, elas seriam excluídas. Aberta a discussão,
194 várias colocações foram feitas, ao fim das quais os conselheiros deliberaram, acatando sugestão
195 do Sr. Mário Fracalossi, por ser realizada diligência junto ao SINDUSCON, para que este
196 identificasse se a pessoa que esteve na conferência era, de fato, seu representante, e que, caso isto
197 se confirmasse, a vaga do Sinduscon ficaria aberta, aguardando a indicação de quem o
198 representaria no Conselho, indicação, essa, a ser feita até o dia da convocação da próxima reunião
199 do Conselho; caso contrário, o Regimento seria analisado para verificar qual o procedimento a
200 ser adotado nesse caso. Finalmente, passou-se à discussão sobre uma vaga de Suplente do
201 ConCidades, a qual estava por ser preenchida, no segmento Movimentos Sociais e Populares.
202 Após amplo debate, os conselheiros, neste assunto em particular, acatando sugestão do Sr.
203 Natanael-FBFF, deliberaram por cientificar todas as entidades do segmento Movimento Sociais e
204 Populares que participaram da 5ª Conferência Estadual, da vacância em questão, para que todas
205 possam manifestar se têm ou não interesse em participar do Conselho, devendo as entidades que
206 manifestarem interesse ser apresentadas na próxima reunião do Conselho, para serem votadas,

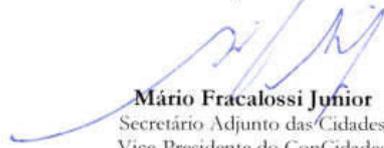


**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

207 elegendo-se aquela que irá ocupar a vaga. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por
208 encerrada pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi Junior.



Mário Fracalossi Junior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 17ª REUNIÃO DO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ -
CONCIDADES/CE**

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns - Secretaria do Planejamento e
2 Gestão do Estado do Ceará, localizada à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n,
3 Cambé, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao vigésimo-oitavo dia do mês de
4 abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos
5 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a
6 presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Sr.
7 Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1) Abertura, Informes, Aprovação da Ata da 16ª reunião
8 e Aprovação da Pauta da 17ª reunião; 2) Realização da 1ª reunião ordinária dos Comitês
9 Técnicos do ConCidades/CE; 3) Apresentação do IDECI; 4) Apresentação da Agenda de
10 trabalho do Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social; 5) Apresentação
11 da Agenda de trabalho do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde; 6) Apresentação da
12 Agenda de trabalho do Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e
13 Integração Regional; 7) Apresentação da Agenda de trabalho do Comitê de Transporte e
14 Mobilidade Urbana; 8) Eleição de Entidade do Segmento Movimentos Sociais e Populares -
15 Entidade SUPLENTE; 9) Proposta de Alteração do Regimento do ConCidades -
16 Aprovação das Resoluções Normativas; 10) Apresentação da Proposta dos Seminários
17 Regionais - Aprovação da Resolução Recomendada; 11) Apresentação da Proposta do
18 Pacto do Desenvolvimento Urbano - Aprovação da Resolução Recomendada; 12) Fundo
19 de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri, Fundo de
20 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana de Fortaleza e Extinção do Fundo
21 Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS; 13) Proposta de pauta para a próxima
22 reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes,
23 representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo;
24 Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais,
25 Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e
26 ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. Tendo em vista que no
27 horário estabelecido para iniciar o evento ainda era muito pequeno o número de
28 conselheiros presentes, o **Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do**
29 **ConCidades/CE, Sr. Mário Fracalossi**, considerando a necessidade de dirigir-se a outro
30 evento, solicitou ao **Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades/CE**, que
31 fizesse a abertura da reunião e desse início aos trabalhos previstos em pauta. Assim, o Sr.
32 Francisco Lopes procedeu à abertura da reunião, submetendo aos presentes a Pauta prevista
33 para o encontro, comentando cada um dos itens que a cumpriram, tendo a mesma sido
34 aprovada por unanimidade. Relativamente à Ata da 16ª reunião, distribuída a todos os
35 conselheiros, na ocasião, para leitura prévia, sugeriu que fosse submetida à aprovação



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

36 somente no início dos trabalhos do período vespertino, com o que todos os presentes
37 concordaram. Dando seqüência à pauta, Francisco Lopes deu início aos procedimentos
38 para a realização da 1ª reunião ordinária dos Comitês Técnicos do ConCidades, exibindo,
39 primeiramente, a composição de cada Comitê e identificando os membros que estavam
40 presentes, orientando-os, em seguida, a acompanharem o(a) coordenador(a) de seus
41 respectivos Comitês para se reunirem, separadamente, nos espaços destinados para aquele
42 fim. Com o intuito de melhor orientar a execução dos trabalhos de cada Comitê, Francisco
43 Lopes repassou a cada coordenador um modelo para a elaboração do seu respectivo Plano
44 de Ação. Os Comitês estiveram reunidos até o final da manhã. Às 12:00h a reunião foi
45 suspensa, em observação do horário destinado ao almoço. Às 13:10h, com a presença do Sr.
46 **Mário Fracalossi, Vice-Presidente do ConCidades**, a reunião foi retomada, passando o
47 **Secretário Executivo, Sr. Francisco Lopes**, imediatamente, para a breve leitura da Ata da
48 16ª reunião, que já era do conhecimento de todos. Relativamente à questão do
49 SINDUSCON, mencionada na referida Ata, o Sr. Francisco Lopes aproveitou para
50 esclarecer que aquela entidade enviara ofício à Secretaria das Cidades, informando que
51 desconhecia a pessoa que se apresentara na última Conferência Estadual como sua
52 representante e, ao mesmo tempo, indicando seu representante oficial junto ao
53 ConCidades/Ce, Sr. Clausens Roberto de Almeida Duarte, o qual se encontrava presente
54 àquela reunião, já tendo participado, na parte da manhã, da 1ª reunião ordinária do Comitê
55 Técnico de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social. Finalizada a leitura da Ata
56 da 16ª reunião, a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando seguimento à Pauta, o
57 Secretário Executivo do ConCidades passou a palavra a **Sra. Maria Esther Frota Cristino,**
58 **Diretora de Apoio Institucional, do Instituto de Desenvolvimento Institucional das**
59 **Cidades do Ceará-IDECI**, para dar início à apresentação daquele Instituto aos membros do
60 ConCidades/Ce. A Sra. Maria Esther relatou que o IDECI é um órgão novo, criado a
61 partir de uma demanda dos prefeito dos municípios, para apoiar tecnicamente as gestões
62 municipais para, assim fortalecidas, conseguirem exercer sua missão de forma mais
63 completa e eficiente. Em seguida apresentou o organograma daquele Instituto, esclarecendo
64 o que compreendia cada Diretoria e cada Gerência, bem como suas finalidades. Apresentou,
65 mais adiante, os principais produtos do Instituto, destacando a “Elaboração de projetos
66 estruturantes e de impacto na economia local”, a “Regularização fundiária”, o
67 “Observatório das cidades do Ceará” e a “Capacitação e formação dos servidores”, este
68 último lançado no ano passado, em parceria com a Escola de Gestão Pública e com o TCM.
69 Solicitada por um dos participantes a se deter mais no produto da Regularização Fundiária,
70 esclareceu que foi iniciado um projeto piloto, para poder tentar regularizar as unidades
71 habitacionais construídas pelo PROURB – Projeto de Desenvolvimento Urbano e
72 Recursos Hídricos. Como o PROURB foi construído há dez anos, o IDECI contratou uma
73 empresa para fazer um diagnóstico e dizer em que terreno estariam encravadas aquelas
74 unidades habitacionais e se seriam terrenos públicos ou não, para, a partir daí, o IDECI
75 decidir onde haveria recursos para regularizar. Após mais algumas colocações sobre o tema



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

76 da Regularização Fundiária, a **Sra. Ana Virgínia, do Movimento de Luta nos Bairros e**
77 **Favelas-MLB**, questionou se a regularização fundiária iria começar pelo interior ou dentro
78 de Fortaleza; se caso o empreendimento tivesse sido alterado pela população, isso impediria
79 alguma coisa naquele processo ou se precisaria estar totalmente igual à forma como ele foi
80 entregue; enfim, como funcionava aquele processo. A Sra. Maria Esther respondeu que cada
81 caso é um caso, que quando o conjunto fosse diagnosticado e o IDECI fosse fazer a
82 Regularização Fundiária iria decidir se a planta do conjunto seria refeita, com as alterações
83 que os moradores tivessem feito, ou se regularizaria do jeito que foi construído, e que isso
84 dependeria do diagnóstico e do recurso que fosse necessário para regularizar. Quanto a
85 Fortaleza, o diagnóstico já havia sido iniciado. Dando continuidade a sua apresentação, a
86 Sra. Esther passou a informar sobre o PRODEG-M – Programa de Desenvolvimento da
87 Gestão Pública para os Municípios, cujo objetivo é oferecer capacitação e técnica de gestão
88 aos servidores, consistindo, inicialmente, na realização de um diagnóstico da gestão e dos
89 processos, para melhorá-los. Ao final, a Sra. Maria Esther apresentou um mapa das regiões
90 percorridas pelo IDECI, nas quais o programa foi lançado, e se colocou à disposição para
91 responder quaisquer perguntas. Na sequência, passou a palavra ao **Sr. Custódio Santos,**
92 **Gerente de Projetos do IDECI**, para falar mais especificamente de alguns projetos. O Sr.
93 Custódio, após uma breve contextualização do problema habitacional, informou que a
94 partir da identificação de uma demanda reprimida muito grande na Caixa Econômica, sobre
95 o problema da habitação rural e de várias reuniões com a área técnica da GIDUR,
96 constatou-se que no ano anterior só tinham sido contratadas 300 habitações e o Estado do
97 Ceará tinha ficado praticamente quase na lanterna dos estados, em termo de contratação do
98 PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. Então o IDECI se juntou com a Caixa e
99 fez várias reuniões com as associações e prefeituras, e, juntos, resolveram elaborar um
100 projeto para o PNHR e dar assessoria técnica às associações, às entidades que estavam
101 propondo isso. Em seguida, apresentou fotos da primeira casa desenvolvida para o PNHR,
102 acrescentando, mais adiante, que, hoje, já há quase quatro mil projetos na Caixa
103 Econômica, com a marca do IDECI. Após apresentar outros projetos, como o “A Praça da
104 Copa”, na verdade uma praça para grandes eventos para ser colocada em 6 municípios
105 acima de 50 mil; “Pórticos dos Municípios”, “Memorial Coluna Prestes” e “Mercado do
106 Pequeno Empreendedor”, este último, com expectativa de ser estabelecido em Maracanaú.
107 Finalizando sua participação, o Sr. Custódio agradeceu a atenção e colocou-se à disposição
108 de todos, no IDECI, disponibilizando os telefones de contato para quaisquer informações
109 ou esclarecimentos adicionais sobre os trabalhos ali desenvolvidos. A palavra retornou ao
110 **Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades**, que a franqueou ao plenário,
111 para manifestação de alguma dúvida que pudesse ser esclarecida. Manifestou-se o **Sr.**
112 **Francisco Erivaldo Gomes Oliveira, da Associação dos Agentes do Meio Ambiente de**
113 **Pacatuba-AAMA**, que perguntou como faria para ter acesso, pelo menos à metade desses
114 benefícios para a sua cidade, tendo em vista que lá não chegara nada ainda. **Sr. Custódio**
115 **Santos, Gerente de Projetos do IDECI**, respondeu que o PNHR pode ser proposto



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

116 livremente por alguma associação local, entidade local ou a prefeitura do município e que o
117 IDECI dá todo o apoio técnico para, então, a entidade entrar com o seu requerimento na
118 Caixa Econômica. Acrescentou que essa informação poderia ser divulgada entre as
119 associações, as quais poderiam comparecer ao IDECI e obterem melhores explicações sobre
120 o tema. A **Sra. Maria Esther Frota Cristino, Diretora de Apoio Institucional do**
121 **IDECI**, complementou, informando que Pacatuba estava incluída no diagnóstico, inclusive
122 que era no conjunto Alto da Bailarina. O diagnóstico já estava em andamento, para ver se
123 estava encravado em terreno público, pois o IDECI não tinha recursos para desapropriar, a
124 não ser que negociasse com a prefeitura. Em seguida, manifestou-se o **Sr. Anderson**
125 **Rafael, representante da Associação dos Municípios do Estado do Ceará-APRECE**, que,
126 sobre o projeto do mercado para o município de Maracanaú, questionou o Sr. Custódio se
127 estava em fase de planejamento ou se já havia a proposta de implantação, de execução da
128 obra ou alguma outra coisa nesse sentido. Relativamente ao tema Regularização Fundiária,
129 dirigindo-se a Sra. Maria Esther e a partir da informação de que a SEPLAG estava
130 realizando a regularização fundiária dos imóveis adquiridos via COHAB, com um projeto
131 inicial em Fortaleza, disse sentir falta da participação do IDECI, para que isso se ampliasse
132 para os outros municípios, pois em Maracanaú, por exemplo, haviam dois conjuntos
133 habitacionais da COHAB, ou seja, seriam doze mil e quinhentas unidades,
134 aproximadamente, que estariam dentro do raio de abrangência do projeto. Finalizou,
135 esclarecendo que se tratava apenas de uma observação que julgou pertinente fazer. Usando
136 da palavra, o **Sr. Custódio (IDECI)**, em relação ao questionamento a ele dirigido,
137 esclareceu que aquela área estava na faixa de domínio do DER e ela era uma área contígua à
138 administração da Ceasa, portanto, informava que apresentariam o projeto à Ceasa e
139 negociariam com o DER para que o aprovasse, permitindo, assim, ao IDECI, levar adiante
140 o projeto. A respeito da Regularização Fundiária dos imóveis da COHAB, a **Sra. Maria**
141 **Esther (IDECI)** informou que o Instituto não estava participando, pois a COHAB já tem
142 um corpo técnico para fazer isso. Em seguida, a **Sra. Firmiana Santos Fonseca,**
143 **representante da Universidade Regional do Cariri-URCA**, perguntou sobre o
144 Observatório das Cidades, indagando se o mapeamento dos equipamentos teria semelhança
145 com o Cadastro Técnico Multifinalitário, pois no município do Crato houve um grande
146 problema com a questão do Software que foi utilizado. Dirigindo-se ao Sr. Custódio,
147 perguntou, relativamente a questão dos projetos, no caso dos museus lá no Cariri, se seria
148 também papel do IDECI realizar o acompanhamento da capacitação dos funcionários ou se
149 ela só funcionava no início e depois o município é quem dirigia. A Sra. Maria Esther
150 respondeu que, com o georreferenciamento, se pretendia saber onde estavam concentrados
151 os melhores equipamentos e onde estava dando resultado a presença daqueles
152 equipamentos, porque o Ideci tinha os indicadores, não se tratando, portanto do Cadastro
153 Multifinalitário, que é uma questão muito municipal. Acrescentou, ainda, que o Cadastro
154 Observatório seria para subsidiar o planejamento e as políticas públicas e que o Cadastro
155 Multifinalitário já seria política pública de assessoria tributária. Em seguida, o Sr. Custódio



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

156 (IDECI), complementando a fala da Sra. Esther, disse que uma das coisas que o
157 observatório iria ajudar era nas decisões do poder municipal, por exemplo, onde colocar
158 uma creche, onde colocar uma escola. Quanto à questão do patrimônio, acrescentou que
159 era mais ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não
160 constituindo área de atuação do IDECI. Encerrada a participação do IDECI, o Sr.
161 **Francisco Lopes** avançou na pauta, convidando o representante de cada Comitê Técnico a
162 apresentar o resultado dos trabalhos de seu comitê, realizados no período da manhã, tendo
163 o Comitê de Desenvolvimento de Habitação de Interesse Social, através da **Sra. Ana**
164 **Virgínia (MLB)**, informado que, a partir dos temas debatidos, haviam sido feitos os
165 seguintes encaminhamentos: a) disponibilizar para aquele Comitê, até o dia 10 de maio, a
166 relação dos empreendimentos; previsão de entrega; e também relação dos equipamentos
167 inseridos em todos os programas do “Minha Casa, Minha Vida-MCMV”; b) agendar visita
168 do Comitê em todos os empreendimentos do “MCMV” e pensar num programa pós-social;
169 e c) solicitar à Caixa Econômica Federal uma apresentação do programa Minha Casa,
170 Minha Vida e do PNHR ao Conselho. Esclareceu, em seguida, que o prazo para realização
171 das três propostas seria até a próxima reunião, em junho de 2014, e que foram tiradas outras
172 propostas para a segunda reunião, subsequente, sendo a primeira a apresentação do
173 programa “Papel da Casa”, pela COHAB, que seria demandada pela Secretaria das Cidades
174 à COHAB; e a segunda seria fazer recomendação ao Governo do Estado para criar uma
175 reserva de orçamento para a habitação de interesse social. O **Sr. Mário Fracalossi (Vice-**
176 **Presidente do ConCidades)** interveio para elogiar a avaliação feita por aquele Comitê e
177 reforçou a sugestão de se agendar a apresentação do programa MCMV, e cada uma das suas
178 modalidades, inclusive as condições de acesso a cada uma delas, o que proporcionaria aos
179 conselheiros divulgar essas informações nos seus municípios, nas entidades e tudo mais.
180 Relativamente aos recursos destinados à habitação, acrescentou achar interessante que uma
181 dessas atividades estivesse relacionada ao funcionamento da execução e o gasto do dinheiro
182 público, para as pessoas poderem entender como o dinheiro público é aplicado, como é que
183 se tem acesso ao recurso público para fazer, por exemplo, uma intervenção de habitação de
184 interesse social, numa situação de calamidade, de catástrofe ou em outra situação que não é
185 coberta, por exemplo, pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”. Finalizou dizendo que
186 isso era possível de se fazer, sim, mas que, antes de fazê-lo, seria interessante que as pessoas
187 entendessem isso, o que já se constituía pensamento da secretaria, no sentido de discutir o
188 seu orçamento e o orçamento do estado com o Conselho das Cidades. O **Sr. Natanael**
189 **Mota, da Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza-FBFF**, pediu a palavra e
190 acrescentou que havia uma discussão na Assembleia Legislativa sobre o uso das multas
191 aplicadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, cujo destino da arrecadação feita
192 ainda não estava definido. Sugeriu que se verificasse a possibilidade de essas multas aplicadas
193 pelo TCM virem a migrar para esse Fundo de Habitação, se este fosse adequado, e finalizou
194 enfatizando que achava valer à pena se debruçarem sobre aquela questão, com o intuito de
195 viabilizar a destinação daqueles recursos para situações emergenciais. Na sequência, o Sr.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

196 **Francisco Lopes** (Sec. Executivo do ConCidades), comentou que a questão legal deveria ser
197 avaliada. O **Sr. Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)**, sobre o tema,
198 complementou, sugerindo que o Tribunal de Contas dos Municípios fosse contatado sobre
199 a possibilidade de fazer uma apresentação, em reunião do ConCidades-CE, sobre como era
200 realizado esse processamento da cobrança das multas, para os Conselheiros poderem
201 entender como se dava a tramitação na Assembleia e, então, terem mais clareza para melhor
202 deliberar sobre o encaminhamento. Finalizando a apresentação do primeiro Comitê, o **Sr.**
203 **Francisco Lopes** aproveitou para lembrar aos Coordenadores e membros dos Comitês
204 Técnicos que deveriam digitar e enviar para a Secretaria Executiva do ConCidades o
205 material que estava sendo apresentado, inclusive a Ata da reunião do Comitê, com a
206 respectiva folha de frequência, para termos documentado que tipo de atuação cada comitê
207 teve; o que encaminhou, o que realizou, para termos, ao final do ano, condições de avaliar a
208 sua atuação. Em seguida, passou a palavra para o **Sr. José da Silva Souza**, da **Federação**
209 **Sobralense das Associações Comunitária e Entidades Não Governamentais de Sobral-**
210 **FESEC** e representante do Comitê de Saneamento, que apresentou o resultado da reunião,
211 em forma de propostas de trabalho para aquele Comitê: Primeira proposta: promover ações
212 junto ao Governo do Estado, para aprovação e implementação das políticas públicas de
213 saneamento básico, conforme documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do
214 Saneamento, sob a coordenação do CONPAM, que está acompanhando isso no dia a dia;
215 Segunda proposta: Agilizar, junto ao Governo do Estado do Ceará, o encaminhamento da
216 minuta da Lei de Resíduos Sólidos, elaborada pelo Comitê de Saneamento Técnico, sob a
217 coordenação do CONPAM, para a Assembleia Legislativa, para que sua aprovação ocorra
218 até o final deste ano, visto que o projeto se encontra na PGE – Procuradoria Geral do
219 Estado desde 2012. Neste caso, o Comitê sugeria que o ConCidades fizesse a cobrança junto
220 à PGE e ao Governo do Estado; Terceira Proposta: Agilizar, junto ao CONPAM, a
221 elaboração dos Planos Regionais de Gestão Integradas e Resíduos Sólidos, que está em fase
222 de licitação, com a participação dos catadores de material reciclável, conforme a Lei
223 nº12.305 de 2010; Quarta Proposta: Promover, junto a todos os municípios, a implantação
224 da coleta seletiva, com a participação dos catadores de materiais recicláveis, conforme o
225 artigo nº18 da Lei nº 12.305 de 2010, pois a participação dos catadores está deixando a
226 desejar, em muitos municípios; Quinta Proposta: Solicitar ao Governo Federal a
227 prorrogação do prazo da eliminação dos lixões, previsto para agosto de 2014, tendo em
228 vista que a prorrogação da Lei dos Planos Municipais de Saneamento Básico foi também
229 prorrogada. A solicitação da prorrogação deve sair do nosso Conselho; Sexta proposta:
230 Promover ações junto à CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará, para fazer
231 parcerias com as Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, visando à reciclagem do
232 óleo e a gordura residencial; Sétima Proposta: Solicitar à Secretaria das Cidades prioridade
233 da licitação para o Projeto Pró-Catador e sua implantação, com a participação dos catadores
234 de matérias recicláveis e sociedade civil; e Oitava Proposta: Priorizar ações junto ao
235 Governo do Estado, para auxiliar os municípios na elaboração, implantação e execução dos



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

236 planos municipais de saneamento básico-PMSB, prorrogado para o dia 31 de dezembro de
237 2015, e agilizar a captação de recursos, junto aos Governos Estadual e Federal, para a
238 execução dos 12 aterros sanitários regionais, consorciados, em fase de projeto; Nona
239 Proposta: Agilizar ações junto aos Governos Estadual e Federal, visando captar recursos
240 para elaboração dos demais projetos de aterro sanitário, pois apenas para três já têm recurso
241 garantido para a implantação. Atrás; Décima Proposta: Promover ações prioritárias, junto à
242 CAGECE e à Prefeitura de Fortaleza, visando à despoluição das praias do município.
243 Finalizada a apresentação, o **Sr. Mário Fracalossi (Sec. Adjunto da SCidades)**, sobre as
244 propostas apresentadas, comentou que a Secretaria das Cidades já vinha tratando, mas que
245 havia algumas coisas que realmente precisavam ser atacadas de imediato. Acrescentou que a
246 Secretaria já tinha conversado com o IDECI e, também, com muitos prefeitos, com o
247 envolvimento da APRECE em algumas ocasiões, assim como da ARCE - Agência
248 Reguladora, porque havia tópicos da legislação de resíduos sólidos que já poderiam estar
249 sendo implementados pelos municípios. Ressaltou que a coleta seletiva, por exemplo, que
250 era o início de toda aquela cadeia, já poderia estar sendo implementada, e registrou que em
251 alguns municípios já estava sendo feita, ainda de forma setORIZADA, mas que já havia um caso
252 de sucesso, o de Crateús. Esclareceu, também, que o processo da coleta seletiva era um
253 trabalho educativo, no qual se gastava pouco dinheiro, muito tempo, mas que poderia dar
254 errado, se não tivesse o envolvimento das pessoas. Além disso, destacou que a coleta seletiva
255 era uma forma de valorizar o trabalho dos catadores, melhorar a condição econômica e as
256 condições de trabalho dessa população, porque hoje a própria legislação já previa que as
257 prefeituras poderiam contratar diretamente os catadores organizados em cooperativas, para
258 prestarem o serviço de coleta seletiva. Finalizou, colocando que as prefeituras não
259 precisavam mais fazer uma licitação para buscar uma empresa, mas que, em boa parte, os
260 municípios ainda não haviam atentado para isso, e que, portanto, tinha que se avançar no
261 detalhamento daquele Plano de Ação, para poder ser feita a devida intervenção, cobrando
262 ou orientando os municípios para que avançassem mais rapidamente naquela ação. Nessa
263 ocasião, interveio o **Sr. Erivaldo Gomes de Oliveira (AAMA)** para ressaltar um ponto
264 importante discutido no Comitê, mas não escrito, que era a formação e/ou conscientização
265 dos gestores públicos municipais sobre a PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos,
266 porque a maioria deles não tinha conhecimento algum o tema, com o que concordou,
267 integralmente, o **Sr Natanael Mota (FBFF)**, pontuando que isso seria fundamental para
268 desenvolver a questão do saneamento, no Ceará. Na sequência, a palavra foi passada para o
269 **Sr. Cyro Régis**, da **Secretaria da Infraestrutura do Ceará-SEINFRA**, que indagou ao
270 coordenador do Comitê de Saneamento como andava a questão da exploração do gás nos
271 aterros sanitários da região metropolitana, sobretudo no aterro sanitário de Caucaia, e se o
272 comitê havia pensado em alguma ação relativa àquela questão, tendo o Sr. Edmundo
273 respondido que, quanto ao aterro de Caucaia, a gestão estava com a prefeitura, com o
274 prefeito de Fortaleza, e que, inclusive encontrava-se em fase final. Quanto ao
275 aproveitamento do gás, informou que, antes, os aterros deveriam ser construídos, para, só



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

276 então, promover-se a devida adequação. Concluiu, acrescentando que a gestão daqueles
277 aterros havia passado para os consórcios, mas que esse era um tema que estava sendo
278 estudado com muita preocupação. Dando sequência às apresentações, foi a vez do Comitê
279 de Desenvolvimento Urbano, que através de sua representante, **Sra. Sandra de Souza, da**
280 **Secretaria do Planejamento e Gestão -SEPLAG**, iniciou falando que o grupo discutiu
281 sobre um Projeto de Lei que tramitava na Assembleia Legislativa, tratando da inclusão de
282 novos municípios na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF, para a Comissão Técnica do
283 qual a Secretaria das Cidades não tinha sido convidada a participar, o que surpreendera a
284 todos, de vez que ela era o órgão estadual responsável pela questão do desenvolvimento da
285 cidade, do desenvolvimento regional. Dando seguimento, disse que a Sra. Carolina Rocha,
286 coordenadora daquele Comitê, confirmara não haver recebido convite naquele sentido,
287 acrescentando estar a Secretaria centrando esforços no Programa Minha Casa Minha Vida,
288 ficando a questão do planejamento e desenvolvimento regional em segundo plano, e
289 colocando que entendia ser inviável planejar habitação, planejar saneamento, planejar
290 mobilidade, sem ter a visão do todo, pois era o planejamento e desenvolvimento regional
291 que deveria nortear todos os outros planos. Nesse sentido, a Sra. Sandra informou que o
292 Comitê colocava, por primeiro, no plano de ação, solicitar à Secretaria das Cidades que
293 disponibilizasse para o Comitê os instrumentos técnicos e legais que existissem sobre
294 planejamento e desenvolvimento regional, para leitura e apropriação do grupo, em relação
295 ao tema, a partir do que o Comitê elaboraria, posteriormente, um relatório, com alguns
296 pontos que considerasse importante para, finalmente, propor à Secretaria das Cidades que
297 elaborasse a Política Estadual de Desenvolvimento Regional. Em segundo lugar, o grupo
298 propôs a elaboração de um Projeto de Lei, a ser encaminhado ao senhor governador e à
299 Assembleia Legislativa, definindo os critérios para a inclusão de novos municípios na região
300 metropolitana, o que inexistia até aquele momento. Como proposta final, o Comitê pedia à
301 Secretaria das Cidades que apoiasse a revisão dos planos de desenvolvimento regional e dos
302 planos diretores, em razão da dificuldade que os municípios têm em fazê-lo. Neste último
303 tópico, em particular, colocou que esse apoio poderia ser dado através do IDECI, que tem
304 na promoção de capacitações uma de suas finalidades e dispõe de corpo técnico qualificado
305 para realizá-lo. Em seguida, pediu a palavra o **Sr. Natanael Mota (FBFF)** para propor que
306 a Comissão da Assembleia Legislativa fosse convidada a apresentar no ConCidades os
307 critérios contidos no Projeto de Lei, ocasião em que o Conselho teria a oportunidade de
308 avaliar a suficiência ou insuficiência daqueles critérios e sugerir alguma alteração, se julgasse
309 necessária. Ainda sobre a apresentação do Comitê de Desenvolvimento Urbano, o **Sr.**
310 **Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)** se manifestou, em relação à criação de
311 novos municípios e inclusão na RMF, que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica
312 do Ceará-IPECE já vinha fazendo um trabalho para apoiar a Assembleia Legislativa, no que
313 diz respeito à definição dos limites municipais, que a Secretaria deveria avançar no tema e o
314 Conselho poderia recomendar sua inclusão na pauta. Relativamente ao tema
315 desenvolvimento regional, lembrou que na Conferência Nacional das Cidades, foi muito



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

316 debatida a instituição da política de desenvolvimento urbano integrado, trabalho, este, que
317 a Secretaria das Cidades não vinha realizando a contento. Acrescentou que achava ser dever
318 do Conselho cobrar isso da Secretaria das Cidades, em razão da necessidade de avançar na
319 elaboração de uma política de desenvolvimento urbano, fundamental para todas essas
320 outras ações a ela vinculadas. Nessa linha de pensamento, ressaltou que o ministro, à época
321 da Conferência, colocou qual era a proposta do ministério e enfatizou que os recursos
322 públicos do ministério só seriam repassados para os municípios, se estes tivessem, de fato,
323 um plano de desenvolvimento urbano, e que as intervenções deveriam ser executadas de
324 forma integrada, ou seja, não se poderia fazer pavimentação sem a existência da rede de água
325 e esgoto e drenagem. Nesse sentido, a proposta de política de desenvolvimento urbano
326 deveria ser pensada pelos municípios de forma integrada, inclusive regionalmente. Concluiu
327 dizendo que a Política de Desenvolvimento Econômico do Estado tem que ser transversal
328 para todas as secretarias. Na sequência, o **Sr. Francisco Lopes (Secretário Executivo do**
329 **ConCidades)** passou a palavra para o representante do Comitê de Transporte e Mobilidade
330 Urbana, **Sr. Cyro Régis (SEINFRA)**, que apresentou duas linhas mestras que o Comitê
331 entendeu constituírem-se os eixos temáticos de sua atuação e a partir dos quais definiria,
332 posteriormente, suas ações. O **Eixo A** contemplaria as ações de transporte e mobilidade
333 urbana dos Governos Federal, Estadual e Municipal, no âmbito das regiões metropolitanas
334 e municípios do Estado do Ceará, abrangendo todas as modalidades de transportes, ou seja,
335 Hidroviário, Ferroviário, Rodoviário e outros. O **Eixo B**, a Lei de nº 12.587 de 3 de
336 janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana que,
337 hoje, constituía o documento magno que regia todas as questões inerentes ao transporte e
338 mobilidade urbana no País. Em seguida, relacionou todos os projetos compreendidos no
339 Eixo A e no Eixo B. Relativamente ao **Eixo A**, citou o Projeto de Expansão do Aeroporto
340 Pinto Martins, a cargo da Infraero - Governo Federal; o Terminal Marítimo de Passageiro
341 do Porto do Mucuripe - Companhia Docas do Ceará e o Governo Federal; o Veículo Leve
342 sobre Trilhos - VLT Parangaba/Mucuripe, no qual o Governo Federal, o Estado do Ceará e
343 a Prefeitura de Fortaleza estão conjuntamente envolvidos; os Corredores de Transporte
344 Urbano - BRTs, da Prefeitura de Fortaleza; acelerar a conclusão da Ponte da BR-304, no
345 Aracati, cuja obra estava parada, fisicamente faltando muito pouco para ser concluída, e
346 cuja demora na sua conclusão estava causando transtorno para toda aquela comunidade,
347 bem como a construção de equipamentos, passarelas, rotatórias e acostamento; adequar os
348 projetos das BR-304, BR-116 e estrada do algodão, à realidade do contexto urbano dos
349 municípios. Com respeito a este item, esclareceu que a questão levantada pelos os membros
350 do Comitê foi a deficiência muito grande que existe no deslocamento das pessoas,
351 intramunicipal e intermunicipal, e lembrou que, em relação a essa questão, havia um Plano
352 Diretor de Transporte Intermunicipal com base no qual, em 2009, o estado fez a licitação
353 para o sistema de transporte no estado todo. Sugeriu, então, que o ConCidades e aquele
354 Comitê convidassem o DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito, responsável pela
355 gerência do transporte intermunicipal, para discutir com os membros do Conselho essa





**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

356 questão. Feita essa consideração, deu continuidade relacionando, ainda, os seguintes
357 projetos: Integração do VLT Crato/Juazeiro, com os modais vans e ônibus; Elaborar o
358 plano de mobilidade urbana da região metropolitana do Cariri, adequando aos planos
359 diretores dos municípios. Quanto ao Eixo B, foram definidas as seguintes atividades:
360 Interagir com o Ministério das Cidades acerca do andamento do processo de
361 implementação da Lei nº12.587, de 3 de janeiro de 2012, que tem alguns pontos muito
362 interessantes, pois se harmoniza totalmente com o Estatuto das Cidades e estabelece que
363 todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, terão que elaborar seus planos
364 municipais de mobilidade urbana, dando, para isso, um prazo de 3anos, ou seja, até abril de
365 2015. Por essa razão, achava que o ConCidades e aquele Comitê deveriam ter uma
366 participação, para evitar que fossem criadas verdadeiras fábricas de planos de mobilidade
367 urbana, ou seja, planos que não refletissem a realidade dos municípios, desconectados dos
368 planos diretores municipais. Lembrou, ainda, que a própria Lei determinava que a não
369 elaboração daquele documento impediria o município de receber investimentos para a área
370 de transporte e mobilidade. Por isso mesmo achava importantíssimo a instalação dos
371 Conselhos Municipais das Cidades, os quais poderiam ajudar bastante nessa questão. Por
372 fim, apresentou também a proposição de criar um canal de comunicação para proporcionar
373 aos municípios e à sociedade civil envolverem-se na execução, no acompanhamento e na
374 avaliação da política pública local e regional, de mobilidade urbana. Encerrada a
375 apresentação dos Comitês, avançou-se para o próximo ponto da pauta, ou seja, a Eleição de
376 Entidade do Segmento Movimentos Sociais e Populares – Entidade SUPLENTE.
377 Considerando a ausência dos representantes de todas as três entidades selecionadas através
378 do Edital, concorrentes à vaga, os conselheiros, após amplo debate, deliberaram, por
379 unanimidade, transferir a referida eleição para a próxima reunião ordinária do Conselho.
380 Sobre a apresentação do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, os **Srs. Pedro**
381 **Magalhães (Associação Beneficente de Guaiúba-ASBEG)** e o **Sr. Natanael (FBFF)**
382 sugeriram que no plano de ação do Comitê fosse inserida questão da integração dos modais,
383 da região metropolitana com a de Fortaleza. Sobre os planos dos Comitês, o **Secretário**
384 **Mário Fracalossi** complementou, dizendo que era fundamental que no escopo do plano
385 houvesse um modelo para o seu gerenciamento. Na oportunidade, o **Sr. Cyro Régis**, sobre
386 a preocupação manifestada pelos **Srs. Pedro e Natanel**, esclareceu que já existe um estudo
387 de integração dos sistemas de transporte público na Região Metropolitana de Fortaleza, no
388 qual está prevista a integração dos diferentes modais ao metrô na estação terminal, que fica
389 em Vila das Flores, portanto, a questão apresentada já estaria equacionada, porque já existia
390 estudo e projeto. O **Sr. Francisco Lopes (Secretário Executivo do ConCidades)**, então,
391 avançou ao nono ponto da pauta, ou seja, a Proposta de Alteração do Regimento do
392 ConCidades, com a respectiva aprovação das Resoluções Normativas pertinentes, que, após
393 lidas, na íntegra, e comentadas, foram aprovadas por unanimidade pelo plenário. Na
394 seqüência da pauta, foi apresentada Proposta dos Seminários Regionais, com a submissão da
395 respectiva Resolução Recomendada ao plenário, que também a aprovou por unanimidade.



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

396 Concluindo a apresentação das Resoluções previstas em pauta, avançou-se para a Proposta
397 do Pacto do Desenvolvimento Urbano, acompanhada da respectiva Resolução
398 Recomendada. Sobre o tema, o **Sr. Anderson Rafael (APRECE)** sugeriu que fosse criado
399 um grupo de trabalho multidisciplinar, integrado pelo ConCidades, Secretaria das Cidades
400 e pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa, para acompanhar os trabalhos.
401 O **Sr. Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)** concluiu, propondo, se todos
402 concordassem, que a Resolução fosse aprovada naquele formato e que o ConCidades
403 delegasse à Coordenação Executiva a elaboração do documento preliminar, para posterior
404 apresentação ao plenário, com o que todos concordaram, de pronto, aprovando, assim, a
405 proposta formulada. Encerrado esse tópico, o **Sr. Francisco Lopes** avançou para o décimo-
406 segundo ponto da pauta, ou seja, Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região
407 Metropolitana do Cariri, Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região
408 Metropolitana de Fortaleza e Extinção do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
409 – FEHIS. A respeito do assunto, o Sr. Mário Fracalossi colocou que achava importante,
410 antes de qualquer coisa, que todos entendessem como e por que foram concebidos esses
411 fundos, quais as suas finalidades e para o que se prestavam, de fato. Neste sentido, sugeria
412 que fosse elaborado um detalhamento para ser apresentado a todos na próxima reunião,
413 sugestão, esta, que foi aprovada pelo plenário, devendo o tema ser incluído na pauta da
414 próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por
415 encerrada pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi Júnior, e pelo
416 Secretário Executivo do ConCidades, Francisco Lopes.



Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE
ATA DA 18ª REUNIÃO DO ORDINÁRIA**

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns – Secretaria do Planejamento e
2 Gestão do Estado do Ceará, localizada à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n,
3 Cambéba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo-sexto dia do mês de junho,
4 do ano de dois mil e quatorze, às 13h30min, com a presença da maioria simples dos
5 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a
6 presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Sr.
7 Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1) Abertura, Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 17ª
8 Reunião; e Resolução Administrativa 01/2014; 2) Apresentação: Minha Casa Minha Vida I
9 e II – Resultados obtidos no Ceará; 3) Comitês Técnicos – Planos de Ação e outras
10 orientações; 4) Apresentação do balanço dos Seminários Regionais realizados para Criação
11 Conselhos Municipais; 5) Eleição da Instituição do segmento Movimentos Sociais e
12 Populares que ocupará a vaga de SUPLENTE no ConCidades; 6) Fundo de
13 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC; e Fundo de
14 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza – FDM. PARTICIPANTES:
15 Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder
16 Público Executivo; Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades
17 de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não
18 Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas
19 de frequência. O **Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades**, procedeu à
20 abertura da reunião, submetendo, em seguida, à aprovação dos presentes a Pauta prevista
21 para o encontro, comentando cada um dos itens que a cumpunham, tendo a mesma sido
22 aprovada por unanimidade. Relativamente à Ata da 17ª reunião, distribuída previamente a
23 todos os conselheiros para leitura, solicitou ao plenário que se manifestasse quanto a sua
24 aprovação, ressaltando ser aquele o momento para demandar qualquer ajuste julgado
25 pertinente. Apresentou-se, então, a **Sra. Ana Valéria Moraes, conselheira suplente,**
26 **representante da FACEDS/Aracati**, que relativamente à apresentação feita pelo Dr. Cyro
27 Régis, coordenador do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, na última reunião,
28 pediu que o tópico “acelerar a construção da ponte da BR-304, no Aracati...”, relacionado
29 no Eixo A, fosse acrescido, da informação “e a construção de equipamentos, passarelas,
30 rotatórias e acostamento.”, como forma de tornar aquela proposição mais clara, tendo o
31 plenário se manifestado favoravelmente à aprovação da Ata da 17ª reunião, respeitado o
32 destaque apresentado. Retomando a palavra, o Sr. Francisco Lopes resolveu antecipar o
33 assunto do terceiro ponto da pauta e informou que, relativamente ao tópico “Comitês
34 Técnicos – Planos de Ação e outras orientações”, gostaria apenas de lembrar aos
35 Coordenadores dos quatro Comitês Técnicos do ConCidades, a importância de prepararem
36 e apresentarem os seus respectivos planos de ação, enfatizando que as ideias apresentadas



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

37 pelos Comitês, na última reunião, deveriam ser traduzidas em ações a serem executadas,
38 indicando para cada uma o responsável pela execução e o respectivo prazo de cumprimento.
39 Na sequência, o **Sr. Hércules Lopes, conselheiro titular, representante da UNMP**, pediu
40 a palavra para reforçar o que o Sr. Francisco Lopes acabara de colocar, ressaltando que o
41 assunto tinha sido debatido na última reunião da Coordenação Executiva do ConCidades,
42 da qual fazia parte, e que aquele tinha sido um dos encaminhamentos tirados daquela
43 reunião. Avançando para o segundo ponto da pauta, a palavra foi passada ao **Sr. George**
44 **Killian Gress, da Superintendência Regional de Fortaleza, da CAIXA, conselheiro**
45 **titular**, o qual informou aos presentes que, juntamente com o **Sr. Marcelo Rodrigues,**
46 **também da CAIXA, conselheiro suplente**, dividiria a apresentação em duas partes, sendo
47 a primeira o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que ele mesmo apresentaria, e
48 a segunda o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, a ser apresentada pelo Sr.
49 Marcelo. Na primeira parte da apresentação, além do objetivo do programa e dos
50 dispositivos legais que o regulamentam, foram abordados, entre outros aspectos, o público a
51 ser atendido e os condicionantes para atendimento; os possíveis parceiros; o fluxo completo
52 do programa; os critérios de seleção dos proponentes beneficiários; as modalidades de
53 utilização do programa; os regimes de construção e o panorama geral, atual, em relação a
54 esse tópico, e, finalmente, as garantias aplicadas, tendo o Sr. Gress, durante sua
55 apresentação, prestado todos os esclarecimentos e informações adicionais solicitadas pelos
56 presentes, quanto ao tema por ele abordado. Após a participação do Sr. Gress, o Secretário
57 Executivo do ConCidades, Francisco Lopes, a respeito do terceiro tópico da pauta, sobre o
58 qual houvera ressaltado, anteriormente, a importância de os Comitês Técnicos
59 providenciarem a elaboração de seus respectivos Planos de Ação, propôs aos presentes que,
60 em razão do avanço da hora, referido tópico fosse tratado em ocasião posterior, com o
61 que todos concordaram. Na segunda parte da apresentação da CAIXA, feita pelo Sr.
62 **Marcelo Rodrigues**, o tema foi o PNHR, programa no qual o Ministério das Cidades atua
63 como Gestor e a Caixa Econômica Federal como Agente Operador e Financeiro. O Sr.
64 Marcelo discorreu sobre o tema, informando e prestando todos os esclarecimentos
65 solicitados pelos participantes do encontro, à medida que avançava na apresentação,
66 contemplando, esta, informações sobre o público ao qual se destinava o programa; as
67 condições do programa e os custos para o beneficiário; os imóveis que poderiam ser
68 utilizados; o regime de construção; e como acontecia a antecipação das parcelas, em cada
69 etapa. Por fim, falou das etapas do trabalho técnico social a serem cumpridas e apresentou
70 um roteiro com todos os passos a serem dados, desde a apresentação da proposta, até a
71 contratação e início das obras. Finda a apresentação, algumas colocações foram feitas pelos
72 presentes, como a do **Sr. José Ivan de Oliveira, conselheiro suplente, representante da**
73 **FECOMB**, que demandou a disponibilização de informações mais atualizadas e mais
74 precisas, por exemplo, de como estava o caminhar do programa em cada município, quem
75 havia contratado, quantas unidades já haviam sido construídas e quantas já haviam sido
76 entregues. A **Sra. Antônia Luzanira Lima, conselheira suplente, representante da**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

77 **Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá**, nessa ocasião, questionou
78 sobre o por quê de tanta burocracia e por que a CAIXA não simplificava aquele processo,
79 exemplificou dizendo que havia 8 (oito) meses que tentava dar entrada em um projeto na
80 CAIXA e que, a cada ida àquela instituição, eram solicitados mais documentos. Em razão
81 disso, corroborava a demanda feita, anteriormente, pelo Sr. José Ivan. Já o **Sr. José Airton**
82 **Silva, conselheiro suplente, representante da FAITA**, manifestou-se em relação a DAP-
83 Delacração de Aptidão ao Pronaf, afirmando que tinha validade de seis anos.
84 Argumentando que o MDA emitiu Portaria em 2013, onde a validade da DAP do Garantia
85 Safra era de 3(três) anos e, também, que as instituições emissoras desse documento não
86 podiam emití-lo se o requisitante já tivesse outro com validade ativa, questionou se a
87 validade da DAP seria a de seis anos. Finalmente, a da **Sra. Gorete Fernandes, da**
88 **CONAM**, perguntou se era possível haver na CAIXA, nos casos de terreno social, um
89 ponto de controle para o PNHR, ou seja, um dia que a CAIXA marcaria para que todos
90 viessem para tirar suas dúvidas e para que se trabalhasse e ajudasse o povo do interior na
91 questão dos PTTS - Projetos de Trabalho Técnico Social, de grande complexidade para eles.
92 Relativamente a DAP, o representante da CAIXA sugeriu que o próprio ConCidades
93 encaminhasse demanda ao Ministério das Cidades, no sentido de que fosse alterado o prazo
94 de validade ou facilitada a emissão de nova DAP, nos casos de habitação rural, para os
95 requisitantes que já dispunham de outra, ainda não vencida. Relativamente aos PTTS,
96 esclareceu que a CAIXA, internamente, já havia promovido algumas mudanças estruturais
97 no sentido de melhor atender essa vertente de projetos e que havia pouquíssimas empresas
98 credenciadas no Estado para analisar esse tipo de projetos. Finalizando esse tópico da pauta,
99 o **Sr. Mário Fracalossi, Vice-Presidente do Concidades**, usou da palavra para,
100 primeiramente, agradecer a participação da CAIXA e, lembrando que a mesma fazia parte
101 do ConCidades, sugerir e colocar à apreciação de todos a proposta de que nas reuniões do
102 ConCidades se mantivesse um item de pauta fixo, que seria a apresentação do levantamento
103 da situação dos projetos que estivessem protocolados nos vários agentes, acrescentando que
104 o Comitê de Habitação poderia ficar com essa responsabilidade. Dessa forma, continuou,
105 no site da Secretaria das Cidades, na aba da Habitação, seria publicada a situação das
106 contratações, tanto o que tinha sido contratado, como o que tinha sido entregue, e essas
107 informações, mais atualizadas, seriam socializadas com todos nas reuniões do Conselho. A
108 essa altura, o **Sr. Flávio Jucá, coordenador do Comitê de Habitação**, interveio para
109 esclarecer que o Estado tem pleno controle daquilo em que está envolvido, principalmente
110 nas ações em que fez aporte de recursos, e para pontuar que o Programa MCMV é algo bem
111 maior; que há dois bancos que fazem as contratações e lidam com essas informações; e que a
112 consolidação desses dados não é tarefa fácil, mas que a secretaria estava trabalhando junto
113 aos bancos para consolidá-los o mais breve possível e disponibilizá-los a todos, de forma
114 mais segura. Evidenciou, contudo, que eventualmente as informações poderiam não estar
115 totalmente atualizadas, em razão da dependência de seu repasse pelas instituições
116 financeiras. Concluindo, o Sr. Mário Fracalossi acrescentou que, de todo modo, a



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

117 informação disponível seria divulgada. Não havendo qualquer manifestação de oposição à
118 proposta apresentada pelo Sr. Mário Fracalossi, a mesma foi considerada aprovada. Ainda
119 em relação à apresentação do PNHHR, o Sr. José Airton, da FAITA, pediu, a título de
120 encaminhamento, que fosse dirigido ofício ao Ministério das Cidades, sugerindo a alteração
121 do prazo de validade da DAP ou que a mesma valesse enquanto estivesse ativa. Registrado o
122 encaminhamento, avançou-se para a eleição da entidade do segmento Movimentos Sociais e
123 Populares, para ocupar a vaga de suplente, no segmento Movimentos Sociais e Populares,
124 do ConCidades. Inicialmente, o Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi,
125 solicitou às três entidades que se apresentassem. Ao final da apresentação, convocou os
126 conselheiros presentes a optarem pelo regime de votação que seria utilizado, se voto aberto
127 ou voto secreto, tendo prevalecido, após a manifestação de todos os conselheiros, o voto
128 aberto. Nesse momento, interveio a Sra. Ana Virgínia Carmo, conselheira titular,
129 representante do MLB, para sugerir que cada uma das três entidades tivesse oportunidade
130 de defender sua participação, como suplente, naquele ConCidades. Acatada referida
131 sugestão, foi acordado entre os presentes que cada uma delas teria dois minutos para realizar
132 sua defesa. A primeira entidade a defender sua candidatura à vaga foi a Associação Sindical
133 dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, de Santa Teresa, Tauá/CE, que
134 o fez na pessoa da Sra. Maria Saleth Lacerda Bonfim; seguida do Sr. Raimundo Ferreira
135 Marques, que defendeu a participação da Associação Municipal das Pessoas com
136 Deficiência, de Pedra Branca/CE, como entidade suplente, no ConCidades; seguido, por
137 fim, da Sra. Maria Gorete Fernandes, representando a Coordenação Estadual da
138 CONAM, que também se habilitara para concorrer à vaga pretendida. Encerradas as
139 defesas, deu-se início ao processo de votação, em si. Cada um dos conselheiros titulares
140 presentes, assim como os conselheiros suplentes, representando os seus respectivos titulares
141 ausentes, devidamente identificados, um a um, manifestaram abertamente seus votos, tendo,
142 ao final, sido eleita com 12(doze) votos, para ocupar a vaga de suplente, no segmento
143 Movimentos Sociais e Populares, do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a
144 Coordenação Estadual da CONAM, na pessoa de sua representante, Sra. Maria Gorete
145 Fernandes, tendo as demais concorrentes, Associação Municipal das Pessoas com
146 Deficiência, de Pedra Branca/CE, e Associação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras
147 da Agricultura Familiar, de Santa Teresa, Tauá/CE, obtido 08(oito) e 02(dois) votos,
148 respectivamente. Concluído esse tópico, o Sr. Mário Fracalossi passou ao último ponto da
149 pauta do encontro, ou seja, "Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região
150 Metropolitana do Cariri – FDMC; e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana
151 de Fortaleza – FDM", esclarecendo que seriam apresentadas, em seguida, pela Sra. Carolina
152 Rocha, Coordenadora da CODUT/SCidades, as motivações que haviam levado a
153 Secretaria das Cidades a solicitar a extinção do FDMC e FDM, como forma de melhor
154 subsidiar os conselheiros, na direção de deliberarem sobre a extinção daqueles fundos. Após
155 a apresentação, a palavra foi franqueada para manifestações, tendo primeiramente o Sr.
156 Carlos Alberto Félix Nogueira Lima, conselheiro titular, representante da Federação



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

157 das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP, que
158 registrou a importância de se estar debatendo o assunto e pediu alguns esclarecimentos
159 adicionais sobre o que fora apresentado, seguido do Sr. Antônio Luciano de Lima
160 Guimarães, conselheiro suplente, representante do Conselho de Arquitetura e
161 Urbanismo do Ceará - CAU, que após fazer um breve histórico do Conselho Deliberativo
162 da Região Metropolitana de Fortaleza – CDM, defendeu, veementemente, a manutenção do
163 CDM, afirmando que era uma necessidade manter aquele instrumento e colocá-lo para
164 funcionar, que o CAU se posicionava contrariamente à extinção do Conselho, sem que
165 fosse feita, ao menos, uma tentativa naquele sentido. A Sra. Lia Parente, conselheira
166 titular, representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza, também se manifestou
167 contrária a extinção dos fundos. Sobre as colocações feitas pelo Sr. Luciano, o Vice-
168 Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi, fez apenas uma ressalva, de que ali se
169 estava tratando da extinção do Fundo e não do Conselho. Acrescentou que a Secretaria das
170 Cidades era gestora do Fundo e que poderia, de forma unilateral, extingui-lo, diante da
171 cobrança feita pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, de que, se o fundo não estava
172 sendo operacionalizado, fosse extinto ou, então, que se passasse a operacionalizá-lo.
173 Acrescentou o Sr. Mário que considerava louvável se houvesse uma rearticulação dos
174 membros do Conselho, no sentido de resgatá-lo, reestruturá-lo e retomar as discussões,
175 colocando-o, assim, para funcionar, mas que o Fundo era uma consequência, ou seja, se não
176 havia reunião do Conselho, por que razão deveria existir o Fundo? Em seguida, pediu a
177 palavra a Sra. Firmiana Santos Fonseca Siebra, conselheira titular, representante da
178 Universidade Regional do Cariri – URCA, para dizer que achava extremamente
179 pertinente a discussão, embora não no foco principal da extinção, mas no por que se
180 colocava a extinção. Nesse sentido, ressaltou que, para ela, o foco maior da discussão era o
181 ter que haver uma proposta de extinção de um fundo, porque o conselho nunca chegara a
182 existir de fato. Acrescentou, contudo, que no caso do Cariri, isso não impedira a aplicação
183 de recursos naquela região, materializados em obras como o Hospital Regional do Cariri e
184 o Centro de Convenções, entre outros, mas que lamentava que o fundo, considerado um
185 atrativo, fosse extinto. Lamentava, ainda, que posteriormente fosse necessário retomar a
186 discussão para novamente criar um fundo. Finalizou, dizendo que, embora entendesse a
187 condição do TCE e a situação da própria Secretaria das Cidades, ela, enquanto membro
188 daquela região metropolitana, lamentava que tivesse chegado aquele momento. Em seguida,
189 o Sr. José Airton (FAITA) interveio para colocar que considerava o gargalo da situação, o
190 fato de o Estado prestar contas de algo que não existia, mas que estava percebendo que a
191 maioria ali presente era de opinião que o a permanência do Fundo era essencial, embora,
192 em quatorze anos, não se lhe tivesse depositado um centavo sequer. Nesse ponto, a Sra.
193 Carolina Rocha interveio para questionar a colocação feita anteriormente, de que o FDM e
194 o FDMC seriam um atrativo, de vez que as prefeituras de cada uma das regiões
195 metropolitanas é que tinham que aportar recursos neles e não o faziam. O Sr. José Airton,
196 retomando a palavra, sugeriu que, se a legislação assim o permitisse, alguém viesse a ser o

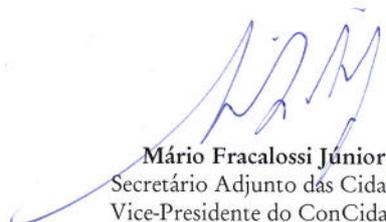


**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

197 gestor do fundo. Falou, ainda, de outro ator que poderia ser chamado a participar desse
198 processo, que seria a Assembleia Legislativa. Neste sentido, informou que existia uma
199 proposta de Lei tramitando naquele momento na Assembleia para ampliação da Região
200 Metropolitana de Fortaleza, sem que tenha havido qualquer discussão prévia com os
201 municípios. Nem o prefeito tinha conhecimento e nada havia sido discutido com a base.
202 Assim, propunha que a Assembleia Legislativa fosse convidada para discutir sobre aquele
203 tema. Finalmente, voltando ao cerne da questão do Fundo, o Sr. José Airton disse que não
204 o considerava um atrativo, pois se assim o fosse, as prefeituras estariam aportando recursos
205 ao mesmo. Na sequência, usou da palavra o **Sr. Carlos Josué de Assis, conselheiro titular,**
206 **representante da AGB,** para dizer que o que ficara claro, ali naquele Conselho das
207 Cidades, era a necessidade de que debatessem, naquele fórum, a região metropolitana, e que
208 fazia essa colocação em forma de sugestão, para que viesse a ser ponto de pauta nas
209 próximas reuniões do ConCidades. Em seguida, pediu a palavra o **Sr. Luciano Guimarães,**
210 para defender a manutenção daqueles instrumentos, cuja utilização concorreria para a
211 transformação da cultura de planejamento e gestão municipal no Estado do Ceará.
212 Concluiu, dizendo que deixava registrado aquele posicionamento como a declaração de
213 voto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Não havendo mais manifestações, o Vice-
214 Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi, comunicou que, lamentavelmente, a
215 Secretaria Executiva do ConCidades acabara de informá-lo de que não havia mais quorum
216 para se realizar a votação. Em razão disso, aquele tópico seria transferido para a próxima
217 reunião e seria o primeiro ponto de pauta a ser tratado. Esclareceu que o material
218 apresentado ficaria disponível no site da Secretaria e concluiu pedindo que, até lá,
219 procurassem dirimir alguma dúvida remanescente em relação ao tema, para, na próxima
220 reunião, poderem votar o encaminhamento daquela matéria. Nada mais havendo a tratar, a
221 reunião foi dada por encerrada pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. Mário Fracalossi
222 Júnior.



Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria do Planejamento e
2 Gestão do Estado do Ceará - Seplag, localizada no 3º andar do Ed. Seplag, situado à Av.
3 Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará;
4 Ao décimo oitavo dia do mês de agosto, do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, com a
5 presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do
6 Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-
7 Presidente do ConCidades/CE, Exmo. Sr. Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1). Abertura,
8 Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 18ª Reunião; 2) Apresentação do Programa de
9 Formação de Conselheiros - EGP; 3) Apresentação e debate dos temas dos Comitês
10 Técnicos; 4) Votação sobre a extinção do Fundo de Desenvolvimento e Integração da
11 Região Metropolitana do Cariri - FDMC; e Fundo de Desenvolvimento da Região
12 Metropolitana de Fortaleza - FDM; 5) Apresentação do Programa Papel da Casa -
13 COHAB; 6) Apresentação dos resultados dos Observatórios Econômicos Sociais do Ceará;
14 7) Extinção da Central de Movimentos Populares, definição sobre a vaga de membro titular
15 do ConCidades/CE; 8) Relato da 41ª Reunião do Conselho Nacional das Cidades; 9)
16 Proposta de Pauta para a próxima reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do
17 ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo;
18 Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores;
19 Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais,
20 além de convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O
21 Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do**
22 **ConCidades)** deu início a reunião, saudando e agradecendo a presença de todo(a)s.
23 Confirmada a existência de quórum, a palavra foi passada ao Sr. **Francisco das Chagas**
24 **Lopes da Silva (Secretário Executivo do ConCidades)** para os seguintes informes: Sobre a
25 confirmação da participação do(a)s conselheiro(a)s nas reuniões, prevista no Regimento
26 Interno do ConCidades, relatou a enorme dificuldade da Secretaria Executiva em obtê-la e
27 ressaltou que, somente a partir dessas confirmações é que itens como alimentação, além de
28 passagens e hospedagens para os oriundos do interior, podiam ser providenciados. Nesse
29 sentido, alertou os presentes de que, a partir da próxima convocação para reunião do
30 Conselho, seria fielmente observado o previsto no Regimento Interno, em relação ao
31 assunto, e pediu encarecidamente a cada conselheiro(a) que atentasse para seus e-mails e que
32 comunicasse tempestivamente à Secretaria Executiva qualquer alteração, tanto nos e-mails,
33 como nos telefones de contato. Sobre as reuniões com a Coordenaria Executiva, que é
34 quem define pauta do Conselho, informou que as reuniões vinham ocorrendo
35 normalmente nos intervalos entre as reuniões do Conselho, ocasião em que eram
36 verificados os encaminhamentos feitos da reunião anterior, buscando dar-lhes sequência,
37 para que o ConCidades realmente funcionasse como definido pelos conselheiros e tivesse
38 força e representatividade naquilo que ficara decidido, naquilo que ele encaminhara.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

39 Exortou todos os conselheiros a tomarem para si aquele Conselho e garantirem, assim, sua
40 funcionalidade. Informou, também, que na última reunião da Coordenação Executiva, da
41 qual participa o Sr. Jacinto, de Maracanaú, que é uma pessoa com deficiência física, o
42 mesmo registrou não haver conseguido vaga para estacionar o carro, de vez que todas
43 aquelas destinadas àquele público encontravam-se ocupadas. Nesse sentido, o ConCidades
44 havia dirigido ofício ao Secretário do Planejamento, pedindo-lhe que tomasse as
45 providências necessárias para que as vagas destinadas a pessoas com deficiência física fossem
46 disponibilizadas exclusivamente para esse fim e sugerindo-lhe que fizesse uma campanha de
47 conscientização, junto aos servidores do Centro Administrativo. Sobre o Pacto de
48 Desenvolvimento Urbano, que envolve o Conselho de Altos Estudos da Assembleia, a
49 Secretaria das Cidades, a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará-Aprece e outras
50 entidades, informou que na última reunião do Conselho foi sugerida a criação de um grupo
51 de trabalho para acompanhar os trabalhos do Pacto. Contudo, pela dificuldade em criar um
52 novo grupo, a própria Coordenação Executiva assumira esse trabalho, mas tendo em vista a
53 dificuldade que se estava tendo para reunir a própria Coordenação Executiva, em razão de
54 seus integrantes estarem envolvidos em atividades que não podiam deixar de lado para
55 virem para essas reuniões, estava-se tentando fazer o melhor possível, no sentido de que um
56 ou outro comparecesse para acompanhar e discutir pauta. Sobre o Comitê de Transporte e
57 Mobilidade, informou que a partir do recebimento de uma série de demandas geradas pelos
58 encaminhamentos tirados em reunião daquele Comitê, a Secretaria Executiva já expedira
59 um ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, solicitando
60 informações sobre as obras da BR, na altura de Aracati; outro ofício aos municípios com
61 acima de 20 mil habitantes e/ou turísticos, alertando sobre a importância da elaboração do
62 plano de mobilidade; outro ao Ministério das Cidades também solicitando informações
63 sobre o tema e consultando se a Secretaria Nacional de Transporte tinha condições de fazer
64 um seminário sobre o programa de mobilidade. Sobre este último, comunicou que o
65 Ministério já havia respondido confirmando que poderia fazer um seminário para discutir a
66 política de mobilidade urbana no dia 13 de novembro, aqui no Ceará. Outro informe foi
67 em relação à formação dos Conselhos Municipais. Nesse sentido, registrou que alguns
68 municípios estavam realizando fóruns para discutir a criação dos seus Conselhos das
69 Cidades, como o de Paracuru, que realizou um Fórum para o qual a Secretaria Executiva do
70 ConCidades foi convidada a participar e contribuir. Ressaltou que o debate foi excelente e
71 que contou com a expressiva participação da Sociedade Civil e do Poder Público municipal,
72 e que fora informado a todos, naquela ocasião, que o projeto de lei já estava na
73 Procuradoria do município, para subsequente encaminhamento à aprovação da Câmara.
74 Sobre a Capacitação dos conselheiros do ConCidades, comunicou que a Escola de Gestão
75 Pública encontrava-se ali presente, nas pessoas das professoras Lena e Flávia, que
76 apresentariam, em seguida, o Programa de Capacitação para os conselheiros, cuja primeira
77 etapa de execução aconteceria nos dois dias e meio subsequentes àquela 19ª reunião do
78 ConCidades. O Sr. **Mário Fracalossi** aproveitou para enfatizar, relativamente ao programa
79 de formação de conselheiros, que no início de 2014, por ocasião da elaboração do
80 planejamento estratégico, esse tópico fora destacado como um ponto importante para



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

81 qualificar o debate do Conselho, e que seria muito importante as pessoas entenderem,
82 principalmente, como funcionava a máquina pública e os instrumentos de planejamento.
83 Acrescentou que essa ação era importante para que as pessoas estivessem niveladas por
84 cima, e não por baixo. Finalizou dizendo que, a princípio, a idéia era de realizar cursos de
85 curta duração – 16 a 20 horas, nos dias subsequentes ao da reunião ordinária do
86 ConCidades, propiciando uma economia de escala de tempo e de recursos. Assim,
87 completou, naquela semana o programa seria iniciado com o curso de gestão de
88 planejamento. Em seguida, passou a palavra para a Sra. **Maria Gorete Fernandes,**
89 **conselheira suplente (Conam),** que questionou se existiria a possibilidade de nessas
90 capacitações, nos municípios que já tivessem seu Conselho das Cidades, garantir a
91 participação de dois, um do movimento e outro da própria prefeitura, como forma de
92 ganhar tempo e recursos para já se ir capacitando conselheiros nos municípios sobre a
93 questão da cidade, principalmente no município onde não há conselheiro estadual, mas
94 onde já existe o Conselho das Cidades. Em resposta, o Sr. **Mário Fracalossi** disse que
95 aquela proposição poderia ser vista nas próximas reuniões, porque a proposta original era
96 de capacitar os conselheiros. Em seguida, em observância à pauta da reunião, pediu que
97 antes da apresentação da Escola de Gestão fosse a Pauta submetida à aprovação dos
98 presentes. Nesse sentido, perguntou se algum(a) conselheiro(a) queria se manifestar ou fazer
99 algum comentário sobre a pauta. Como não houve qualquer manifestação, a Pauta foi dada
100 como aprovada. Dando sequência à pauta, passou à aprovação da Ata da 18ª Reunião
101 Ordinária do ConCidades, informando que quem tivesse algum comentário ou emenda, ou
102 quisesse fazer destaque, poderia citar a linha e que seria colocada em votação a alteração.
103 Manifestou-se, primeiramente, sobre a Ata, o Sr. **José Airton Silva, conselheiro suplente**
104 **(Faita),** pediu que fosse suprimida a expressão “questionou se a validade da DAP seria a de
105 seis anos”, das linhas 86 e 87, de vez que não o havia questionado, mas, sim –afirmado,
106 conforme registrado na linha 83 da Ata. Em seguida, manifestou-se o Sr. **Carlos Josué de**
107 **Assis, conselheiro titular (AGB),** que relativamente à Pauta, no que dizia respeito à
108 votação sobre a extinção do Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região
109 Metropolitana do Cariri-FDMC e o Fundo de Desenvolvimento Municipal-FDM, sugeria
110 que a votação se desse no lugar da apresentação e debate dos temas dos comitês técnicos,
111 passando este último para ser abordado no início dos trabalhos da tarde. Era a proposição
112 que colocava à apreciação de todos. Em seguida, a Sra. **Lia Parente, conselheira titular**
113 **(Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF),** registrou que na Ata não constava a sua
114 manifestação contrária à extinção do Fundo. Já o Sr. **Antônio Sérgio Porto, conselheiro**
115 **titular (Secovi),** sobre o pedido do companheiro da AGB, disse que constava da Ata, nas
116 linhas 214-215, que a votação dos Fundos seria o primeiro item da pauta. O Sr. **Mário**
117 **Fracalossi,** com relação à alteração que houvera sido feita na ordem da pauta, sobre a
118 votação da extinção dos Fundos, disse que considerava razoável porque na última reunião,
119 de fato, havia sido colocado que era para priorizar esse ponto na reunião seguinte.
120 Complementou, dizendo que concordava com o representante da AGB e que, considerando
121 que as pessoas da Escola de Gestão Pública-EGP já se encontravam prontas para iniciar sua
122 apresentação, sugeria e submetia à aprovação de todos que a votação da extinção dos



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

123 Fundos fosse realizada logo após a apresentação da EGP, com o que todos unanimemente
124 concordaram. Relativamente à Ata, informou que as alterações seriam devidamente
125 realizadas, conforme solicitado. A Sra. **Anatalice Cavalcante, conselheira suplente**
126 **(Cedeca, de Itaitinga)**, pediu a palavra para agradecer aos integrantes da Secretaria
127 Executiva pelo envio antecipado do material – Ata e Pauta - por e-mail e sugeriu que os
128 conselheiros, após sua leitura, enviassem previamente as demandas de modificações por e-
129 mail, o que agilizaria, em muito, os trabalhos durante as reuniões. O Sr. **Mário Fracalossi**
130 acatou a sugestão, ou seja, que os conselheiros, tão logo recebessem a Ata e a Pauta, caso
131 lhes fosse possível, se manifestassem previamente à reunião. Em seguida, convidou a
132 Professora Filomena Maria Lobo Neiva Santos – Lena Neiva, Diretora da Escola de Gestão
133 Pública – EGP, para dar início a sua apresentação. A professora **Lena Neiva (Diretora da**
134 **EGP)**, após cumprimentar os presentes, apresentou-lhes a EGP e fez uma relação entre a
135 razão de existir daquela escola e a de ela estar ali. No decurso de sua exposição, apresentou
136 o programa de capacitação para os conselheiros, contemplando quatro cursos – Noções de
137 Orçamento Público e suas Implicações no Cotidiano; Capacitação em Celebração,
138 Execução e Prestações de Contas; Lei de Acesso à Informação; e Gestão de Contratos,
139 Convênios e Instrumentos Congêneres –, ressaltando que aquela proposta fora pensada
140 conjuntamente pela Secretaria das Cidades e a Escola de Gestão. Ao final da apresentação,
141 manifestou-se o Sr. **Jacinto Araújo da Silva, conselheiro suplente (Acobeja)**, que
142 questionou sobre se havia acessibilidade na EGP, tendo a Sra. **Lena Neiva** respondido que
143 na reforma da Escola, já em fase de finalização, a acessibilidade estava contemplada, e
144 formulado convite ao Sr. Jacinto para visitá-los, com seu olhar mais crítico, antes que a
145 reforma fosse completamente concluída. O Sr. Jacinto, como representante do Conselho
146 Estadual da Pessoa com Deficiência, agradeceu e manifestou agrado em participar. Em
147 seguida, a Sra. **Olinda Marques, conselheira suplente (Prefeitura Municipal de**
148 **Fortaleza-PMF)**, relativamente aos cursos apresentados, perguntou se eram independentes
149 entre si, ou seja, se poder-se-ia optar pelo segundo e não, obrigatoriamente, pelo primeiro.
150 Já o Sr. **Valdo Mesquita, conselheiro suplente (Secretaria de Turismo)**, perguntou se a
151 EGP já tinha curso noturno, pois alguns conselheiros eram gestores e, nessa condição, seria
152 impossível ficarem ausentes, durante o dia, de suas atividades laborais, fosse por três dias ou
153 até uma semana. Relativamente às indagações feitas, a Sra. **Lena Neiva** respondeu,
154 primeiramente, que um curso não era pré-requisito para o outro e quem definia a ordem era
155 o órgão demandante. Quanto à questão do horário, esclareceu que, como instituição do
156 Poder Executivo Estadual da administração direta, o horário da Escola era o horário de
157 expediente. No caso do servidor público estadual, quando vem para a Escola de Gestão, ele
158 vem pedindo licença ao seu gestor maior, para poder receber a formação no horário de
159 trabalho. Após esses esclarecimentos, o Sr. **Clausens Roberto, conselheiro suplente**
160 **(Sinduscon)**, congratulou-se com aquela iniciativa, por considerar que a capacitação
161 contínua dos colaboradores estava diretamente relacionada à maior eficiência das
162 instituições, fossem públicas ou privadas. Nesse sentido, após falar da existência de uma
163 Fundação, antes denominada INDG, atualmente FALCONI Consultores de Resultados,
164 que era uma instituição de excelência, reconhecida internacionalmente, com vários estados



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

165 trabalhando com ela já há bastante tempo e com resultados exitosos, disse que acreditava
166 válido, como proposta de melhoria, sugerir um convênio com aquela instituição. Sobre
167 isso, a Sra. **Lena Neiva** disse que a EGP estava atenta para essas instituições de referência.
168 No caso da instituição em questão, a EGP já havia estabelecido contato e, inclusive,
169 solicitado proposta. Em seguida, citou parcerias de grande referência nacional e
170 internacional já feitas, a partir das quais alguns programas já se encontravam em curso, e
171 finalizou agradecendo ao Sr. Clausens a informação. Manifestou-se, também, o Sr. **Carlos**
172 **Alberto Félix Nogueira Lima, conselheiro titular (Fecomp)**, para questionar se a Escola
173 era independente, em relação aos gestores do governo; se existia algum indicativo de
174 doutrinação política ideológica; e se, mesmo considerando a dependência do Poder
175 Executivo, mencionada anteriormente, a escola se preocupava unicamente com a formação
176 técnico profissional. Sobre isto, a Sra. **Lena Neiva** disse que a EGP era um órgão do Poder
177 Executivo, assim como todas as escolas de educação básica, como todas as universidades, as
178 instituições de ensino superior, as universidades estaduais, Universidade Vale do Acaraú-
179 UVA, Universidade Regional do Cariri-Urca; que trabalhava com educação corporativa,
180 ou seja, com o desenvolvimento das competências dos servidores, de quem trabalhava com
181 políticas públicas alinhadas aos objetivos estratégicos de governo. Assim, a EGP tinha como
182 missão desenvolver o processo educacional em gestão pública, por exemplo, se estivesse
183 trabalhando com gestão de resultado, gestão de competência, teria que discutir, trabalhar e
184 proporcionar o desenvolvimento do servidor com essa fundamentação. Assim, desenvolvia
185 competências do servidor, para que ele executasse melhor as políticas públicas que eram
186 entregues à população. Na sequência, o Sr. **Mário Fracalossi** agradeceu, em muito, a
187 participação da Professora Filomena (Lena Neiva), não sem antes destacar a parceria que a
188 Secretaria das Cidades vinha fazendo, nos últimos anos, com a Escola de Gestão, a
189 prontidão e, principalmente, a delicadeza com que sempre tinham sido recebidos por aquela
190 Escola, o atendimento dos pleitos, feitos com inequívoca competência e sempre
191 surpreendendo nos seus resultados, o que era facilmente observado nas avaliações dos
192 eventos, cursos, seminários, enfim, em todo o processo de formação dos servidores. A Sra.
193 **Lena Neiva**, finalizando, agradeceu ao Secretário Adjunto, Mário Fracalossi Júnior,
194 destacando-o como um dos gestores do Estado que tem, desde a concepção da EGP, dado
195 apoio e valorizado a EGP, deixando sua marca no conhecimento, nas ideias e no crédito
196 que sempre nos deu. Dando sequência à reunião, o Sr. **Mário Fracalossi** avançou o ponto
197 que houvera sido alterado na pauta, que era a votação sobre a extinção do Fundo de
198 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri- FDMC e do Fundo de
199 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. Após fazer um breve
200 resumo do que houvera ocorrido na última reunião, lembrando que ao final da mesma se
201 consensuara que na reunião subsequente não haveria mais o debate sobre aquele tema, em
202 razão de que o mesmo já havia tido lugar naquela reunião, e que para dar o próximo passo,
203 que seria o encaminhamento daquela matéria à Assembleia Legislativa, necessitava-se que a
204 matéria fosse votada no ConCidades, colocava em regime de votação a extinção do Fundo
205 de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC e do Fundo
206 de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. Após manifestados,



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

207 ainda, alguns posicionamentos a respeito dos dois Fundos, a matéria foi finalmente
208 colocada em votação, o Sr. **Mário Fracalossi** lembrou a todos que a manifestação do voto
209 cabia, tão somente, aos conselheiros TITULARES, devendo o Suplente se manifestar
210 somente no caso da ausência do seu titular. Foram identificados pela Sra. **Samia Karininy**
211 **Moura (Técnica da Secretaria Executiva do ConCidades)** os seguintes conselheiros
212 titulares presentes - **Ciro Régis/Seinfra**; **Verônica/Conpam**; **José Lino/Defensoria**;
213 **Elaine/Aprece**; **Lia/Prefeitura de Fortaleza**; **João Augusto/UVC**; **Antônia Erivânia/CMP**
214 (o movimento não existe mais); **Ana Virgínia/MLB**; **Hércules/UNMP**; **Natanael**
215 **Alves/FBFF**; **Carlos Alberto/**; **Cícero Ricardo/**; **José da Silva Sousa/**; **Francisco Erivaldo**
216 **Gomes/AAMAP**; **Luis Carlos/Fetraece**; **José Valter/Fetamce**; **Antônio Sérgio**
217 **Porto/Secovi**; **Djalma Magalhães/SindSal**; **Clarissa Figueiredo/UFC**; **Carlos Josué/AGB**;
218 **Firmiana/Urca**; **Teresa Hilda/Cearah Periferia**; **Pedro Nascimento Magalhães/ASBEG**. Em
219 seguida, foram identificados pela Sra. **Sâmia** os seguintes conselheiros suplentes:
220 **Arnaldo/Seplag**; **José Valdo/Setur**; **Galba/Cede**, e o suplente do **José Valter**
221 **Alves/Fetamce**. O Sr. **Mário Fracalossi** solicitou que fosse informado quantos votos
222 seriam, ao todo, tendo-lhe sido informado que o número total era de vinte e quatro (24)
223 votos. Em seguida, o Vice Presidente do ConCidades propôs, e todos concordaram, que o
224 regime de votação fosse feito separadamente, por serem dois fundos, duas características,
225 duas regiões diferentes. Colocada, inicialmente, em regime de votação, a extinção do Fundo
226 de Desenvolvimento Urbano Integração da Região Metropolitana do Cariri-FDMC, o
227 resultado obtido foi de seis (06) votos pela extinção e dezoito (18) votos pela manutenção.
228 Assim, o ConCidades decidiu pela manutenção do Fundo de Desenvolvimento Integração
229 da Região Metropolitana do Cariri - FDMC. Na sequência, foi colocada em regime de
230 votação a extinção do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza -
231 FDM, computando-se um total de seis (06) votos pela extinção; quinze (15) votos pela
232 manutenção e três (03) abstenções. Desta feita, o ConCidades decidiu também pela
233 manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza-FDM.
234 Em relação ao encaminhamento feito pelo Sr. **Cyro Régis, conselheiro titular (Seinfra)**,
235 quando se posicionou sobre os Fundos, de que se fizesse um trabalho no sentido de se
236 dinamizar o Conselho da Região Metropolitana, para que, dessa forma, ele naturalmente
237 fosse buscar o seu gancho de apoio, que seria o Fundo de Desenvolvimento das Regiões
238 Metropolitanas, de Fortaleza e do Cariri, o Sr. **Mário Fracalossi** propôs, considerando a
239 relevância daquelas duas matérias, que o Conselho saísse com uma resolução dos Fundos,
240 contemplando, inclusive, os considerando baseados nas falas que antecederam a votação.
241 Acatada a sua sugestão, informou que a Secretaria Executiva elaboraria, em seguida, as
242 Resoluções, as quais seriam submetidas à apreciação de todos, ainda naquela reunião. O Sr.
243 **José Airton, conselheiro suplente (Faita)**, sugeriu que fossem chamados os prefeitos de
244 cada uma das regiões envolvidas para se manifestarem sobre esse assunto que é pertinente às
245 prefeituras dos municípios envolvidos e que isso fosse encaminhado o mais rápido possível.
246 A Sra. **Ana Virgínia Ferreira, conselheira titular (MLB)**, após dar bom dia a todos, disse
247 que infelizmente não estava na discussão do fundo, na reunião passada, porque teve que sair
248 mais cedo. Mas queria levantar duas ponderações. A primeira é que queria corroborar com



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

249 algumas coisas que a Gorete havia falado, sobre a tentativa, já em curso, de criar um fundo
250 dentro do ConCidades para discutir o bloco como um todo, não só aquelas questões
251 compartimentadas. Mas se preocupava, por outro lado, com o fato de o conselho estar
252 legitimando a extinção dos fundos. Confessava que era da ignorância do fundo, porque
253 realmente ela mesma não sabia. Disse que também gostaria de saber por que nunca fora
254 colocado dinheiro nesse fundo. E em quais questões ele fora fundado. Porque realmente ele
255 não havia sido criado de uma forma aleatória, à revelia. Ele fora criado naquele momento
256 que ela desconhecia, por algumas razões. Registrou que queria colocar aquela preocupação.
257 Acrescentou, ainda, “gostaria também de colocar essa outra questão, que é nós pensarmos
258 esse fundo, que nós possamos discutir outras políticas de desenvolvimento, como foi
259 colocado, que não seja tanto a habitacional como na política do desenvolvimento dos lixões
260 e de outras questões e não estejam totalmente vinculadas nesse projeto que foi colocado,
261 que foi apresentado. Porque eu me preocupo em alguns aspectos. E já foi discutido aqui em
262 algumas questões. Pegando pela questão da habitação, moradia. Existe apenas um Programa
263 “Minha Casa, Minha Vida” para toda uma população que nós sabemos que são populações
264 que têm suas peculiaridades, têm suas questões. E nós aqui, dentro do conselho, também
265 temos que pensar políticas para essa população que não é atendida pelo “Minha Casa,
266 Minha Vida.” Porque hoje já foi colocado questões de desastres. Se acontecer um desastre
267 hoje, com certeza não tem uma instituição, não tem um abrigo, não tem aluguel social!
268 Nós fizemos isso, recentemente, na desocupação do Alto da Paz, que não existia um abrigo,
269 não existia nada para aquelas pessoas. Então nós também temos que pensar em criar um
270 fundo que possa atender essas demandas que não estão dentro desse bloco que foi
271 colocado, e dessa política que está pensada em nível nacional. Que de um lado ela tem suas
272 qualidades, mas nós sabemos que tudo também tem suas deficiências e as suas insuficiências,
273 e colocar dentro dessa questão. Eu queria corroborar com essa questão para que o conselho
274 também não fique legitimando essas questões: ‘ah! passou no conselho!’ E depois isso pode
275 causar um ônus até para os próprios conselheiros que estão aqui, votando sem ter sido
276 aquilo o que realmente se trata. Então é isso que eu queria colocar. Muito obrigada.” O Sr.
277 **Luiz Carlos Ribeiro, conselheiro titular (Fetraece)**, sugeriu que fosse estabelecido um
278 prazo, ao final do qual se reavaliaria a atuação dos Fundos, porque o seu funcionamento
279 dependia de outros atores que estavam lá e que não ali naquela Mesa. Se ao final do prazo
280 que viesse a ser estipulado fosse verificado que nada havia funcionado, aí, então, o
281 ConCidades se reposicionaria sobre a extinção. A Sra. **Elaine Paiva, conselheira titular**
282 **(Aprece)**, se posicionou dizendo que aquilo era um desafio que se colocava para aquele
283 Conselho, cujo papel era comentar, discutir e ser vigilantes naquela questão, fazendo com
284 que o Governo do Estado, a Aprece e as próprias regiões metropolitanas a colocassem na
285 ordem do dia. O Sr. **Hércules Lopes, conselheiro titular (UNMP)**, acrescentou à sugestão
286 do Sr. José Airton, que não só os prefeitos dos municípios, mas os conselhos gestores
287 daqueles Fundos também deveriam ser chamados para trazer-nos esclarecimentos do sim ou
288 do não funcionamento dos fundos, para que pudéssemos, assim, nos debruçar na discussão e
289 tirar encaminhamentos futuros. A Sra. **Olinda Marques (PMF)**, pediu a palavra para
290 convidar os conselheiros a se fazerem presentes, no dia seguinte, à cerimônia de assinatura



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

291 de uma ordem de serviço, para construção de cinco mil unidades habitacionais do Minha
292 Casa, Minha Vida para Fortaleza, já no limite com a Região Metropolitana, principalmente
293 Município de Maracanaú. O nome do empreendimento chamava-se Alameda das Palmeiras,
294 evento no qual também estava pautada uma ação de discussão na Câmara de Habitação do
295 Ministério das Cidades. Após o intervalo reservado ao almoço dos conselheiros, o Sr.
296 **Mário Fracalossi** retomou a pauta, passando aos informes dos Comitês, iniciando com a
297 apresentação do Comitê de Habitação, coordenado por Flávio Jucá. O Sr. **Flávio Jucá**
298 **(Coordenador de Habitação da Secretaria das Cidades)**, sobre a folha de informes,
299 contendo o resumo do Minha Casa Minha Vida, distribuída previamente a todos os
300 participantes, esclareceu que as informações ali contidas estavam atualizadas até 31 de julho
301 e que, doravante, aquele quadro seria sistematicamente atualizado e distribuído a todos ao
302 início de cada reunião. Após haver comentado cada um dos pontos ali contemplados,
303 prestou todos os esclarecimentos solicitados, complementando informações, sempre que
304 necessário, tudo concorrendo para o bom entendimento do quanto ali estava contido.
305 Como os diálogos e contribuições se alongaram e considerando o avançado da hora, o Sr.
306 **Mário Fracalossi** lembrou que havia uma pauta a ser cumprida e ressaltou que a partir
307 daquela reunião seriam sempre expostos, de forma bem visível, dois banners, um
308 contemplando a Missão e a Visão de Futuro do ConCidades e outro lembrando o Acordo
309 de Convivência, que haviam sido elaborados conjuntamente por todos os conselheiros, no
310 Planejamento Estratégico. Ressaltou que um dos pontos colocados no acordo de
311 convivência, durante as reuniões, era focar o essencial, com objetividade, transparência,
312 para não se estender demais naqueles aspectos que todos já sabiam. Assim, exortou os
313 participantes a objetivarem suas falas, para que todos pudessem participar e contribuir.
314 Acrescentou, ainda, a sugestão de que aqueles que tivessem sugestões e/ou reclamações para
315 encaminhamento, relacionadas à melhoria do programa MCMV, que as encaminhassem
316 diretamente àquele Comitê de Habitação, na pessoa do Sr. Flávio Jucá, e que as discussões
317 fossem feitas no âmbito do Comitê e as respostas levadas ao Conselho. Dando seguimento à
318 pauta, convidou o Sr. Eldair Cunha, representante da Cohab-Ce, para fazer a apresentação
319 do Programa Papel da Casa. O Sr. **Eldair Cunha (Assessor da Liquidante da Cohab-Ce)**,
320 após saudar os presentes, apresentou e comentou, passo a passo, complementando com
321 números e outras informações adicionais, a cartilha “O Papel da Casa”, elaborada
322 especialmente para explicar como os mutuários beneficiados com imóveis construídos pela
323 Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, através do Sistema Financeiro da Habitação
324 - SFH, podem acessar a Regularização Fundiária de suas casas. Finda a apresentação,
325 manifestaram-se alguns conselheiros. A Sra. **Antônia Luzanira Lima, conselheira suplente**
326 **(Fosmut)**, perguntou se aquele projeto era só para Capital ou se iria contemplar também o
327 interior, tendo o Sr. Eldair respondido que a primeira parceria fora feita com a Prefeitura
328 de Fortaleza, tendo havido contatos com outras prefeituras, mas sem êxito na conclusão do
329 acordo e do termo de compromisso, mas deixou claro que era extensivo a todos os
330 municípios, até porque tinham imóveis em 84 municípios do Estado. A Sra. **Gorete**
331 **Fernandes, conselheira suplente (Conam)**, perguntou se seria possível encaminhar ao
332 Conselho a relação dos municípios que tiveram trabalho com a COHAB, tanto de mutirão



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

333 como de venda, inclusive com as quantidades e nome do conjunto. O Sr. **Antônio Moura**
334 **Câmara, conselheiro suplente (CDL- Maracanaú)**, após comentar sobre o imposto
335 cobrado pra regularização de imóveis, em Maracanaú-Ce, relatou que na última reunião do
336 ConCidades de Maracanaú foi assinado um documento solicitando ao atual Prefeito a
337 isenção daquele imposto, em razão de estar sendo feita a regularização de 12.502 imóveis em
338 Maracanaú, destacando que naquele município não há 10% de imóveis que sejam
339 regularizados. O Sr. **José Airton Silva, conselheiro suplente (Faita)**, para melhor
340 direcionar o encaminhamento, solicitou que a relação demandada fosse disponibilizada pela
341 Cohab ao ConCidades até a sua próxima reunião, para que os conselheiros tivessem
342 condição de deliberar algo sobre o assunto na próxima reunião. Em seguida, o Sr. **Carlos**
343 **Josué de Assis, conselheiro suplente (AGB)**, perguntou como estava o diálogo da Cohab-
344 CE com a Prefeitura de Maracanaú, se estava havendo esse diálogo, de vez que havia
345 muitos conjuntos habitacionais – Jereissati I, II e III, Piratininga, etc. E que se não houvesse
346 esse diálogo, a informalidade iria perdurar em Maracanaú. O Sr. **Eldair Cunha (Cohab-Ce)**
347 respondeu que o diálogo era sempre o melhor possível, partindo da COHAB, que era um
348 trabalho meramente técnico. E acrescentou que faltava, exatamente, o interesse dos
349 dirigentes municipais, porque o Estado do Ceará, através da COHAB, já conseguira o
350 marco maior que seriam as pendências de saldo residual junto à Caixa Econômica e a
351 EMGEA, e que também conseguira um redutor de mais de 70% com os cartórios de
352 registro de imóveis. Relativamente ao assunto, o Sr. **Mário Fracalossi** colocou que o
353 Conselho das Cidades e a Secretaria das Cidades achavam que poderiam ajudar naquele
354 processo, com relação aos municípios. Em relação à tratativa com os cartórios de cada
355 município, precisava que fosse informado qual o procedimento a ser adotado. Mas que,
356 relativamente ao contato com os municípios, se tivesse a minuta dos projetos de lei que foi
357 encaminhada para a Prefeitura de Fortaleza, poderia ser repassado, o mesmo modelo para
358 todos os municípios. O secretário encaminharia e isto já fica como encaminhamento, na
359 presente reunião. Acrescentou que havia representantes da União dos Vereadores no
360 ConCidades e que poder-se-ia também fazer uma articulação com a União dos Vereadores,
361 para ajudar nesse processo. Finalizou dizendo que talvez não conseguissem atender a todos,
362 mas era possível conseguir atender uma parte daquele universo. O Sr. **Francisco Erivaldo**
363 **Gomes de Oliveira, conselheiro suplente (AAMAP)**, aproveitou a oportunidade para
364 informar sobre o caso dos que eram remanescentes da Pavuna Velha, que foram expulsos da
365 beira do Açude do Gavião e construíram uma comunidade, hoje Pavuna Nova, que teve
366 uma expansão demográfica fora do comum, que já estavam lá há 25 anos e ainda não
367 tinham a posse do terreno. Aquela comunidade já era de quase 3.000 habitantes e ainda não
368 tinham o título da terra, até aquela data. O Sr. **Eldair Cunha (Cohab-Ce)**: disse que aquela
369 era uma informação ou denúncia, até para um fórum ideal. E acrescentou que a COHAB ia
370 se restringir a fazer a conclusão do que ela havia iniciado. O Sr. **José Lino Fonteles da**
371 **Silveira, conselheiro titular (Defensoria Pública)**, pediu a palavra para externar que o
372 processo da COHAB, de que o Sr. Eldair havia falado, ele acompanhara desde o início do
373 processo de regularização. E acrescentou que queria homenagear o Sr. Eldair pelo trabalho
374 que vinha desenvolvendo dentro da COHAB, juntamente com a Sra. Vilani que era a



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

375 liquidante atual. Tratava-se de um trabalho louvável que não se encontrava em qualquer
376 lugar e, nesse sentido, pedia uma salva de palmas do Conselho a ambos. O Sr. **Eldair**
377 **Cunha (Cohab-Ce)**, após agradecer a homenagem, complementou informando que, em
378 termos de mutirão, já se encontravam aprovados dois projetos, que eram o Curió e o São
379 Bernardo, e estavam no ponto de serem encaminhados ao cartório para o registro. O Sr.
380 **Anderson Rafael Nunes, conselheiro suplente (Aprece)**, registrou que Maracanaú
381 houvera solicitado a implantação daquele programa no município, que eram mais de 12.000
382 unidades habitacionais da COHAB que estavam disponíveis, encontrando-se na
383 possibilidade de ser contemplado. Ressaltou, ainda, que a Cohab foi sempre super solícita.
384 Por fim, informou que o Presidente do Conselho Habitacional, em Maracanaú, na reunião
385 do dia 12 de agosto, aprovara uma nova Resolução, recomendando a realização do termo de
386 cooperação. Nesse sentido, aproveitava a oportunidade para solicitar que o ConCidades-CE
387 encaminhasse um ofício ou um documento ou aprovasse uma Resolução de Recomendação
388 para que a Secretaria do Planejamento e Gestão fosse mais solícita no atendimento dos
389 demais municípios, e não somente do município de Fortaleza. O Sr. **Mário Fracalossi**
390 agradeceu a participação do Sr. Eldair e a enriquecedora apresentação que fizera para aquele
391 Conselho e também parabenizou o esforço que a equipe da COHAB vinha fazendo para
392 promover a regularização dos imóveis, anseio das famílias que há muito tempo haviam
393 adquirido seus imóveis. Após pedir ao Sr. Eldair que estendesse também aquele
394 agradecimento para a Dra. Vilani, que atendera de pronto a solicitação da Secretaria das
395 Cidades, permitindo, assim, que aquela apresentação acontecesse, avançou para o próximo
396 ponto da pauta, ou seja, a Apresentação dos Resultados dos Observatórios Econômicos
397 Sociais do Ceará, projeto que estava sendo desenvolvido na Secretaria das Cidades, em
398 parceria com Instituições de Ensino Superior. Em seguida, convidou o Sr. **Pedro**
399 **Capibaribe (Orientador de Célula, da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, da**
400 **Secretaria das Cidades)**, responsável pela apresentação, para dar-lhe início. (Apresentação
401 de slides). Finda a apresentação, o Sr. **Mário Fracalossi** informou que aquela apresentação e
402 também o endereço dos observatórios e das instituições ficariam disponibilizados para
403 quem quisesse acessá-los, porque, doravante, eles ficariam sendo retroalimentados pelas
404 instituições de ensino. Questionado pelo Sr. **Carlos Alberto Félix, conselheiro titular**
405 **(Fecomp)**, sobre se existia alguma previsão para o projeto chegar ao restante do Estado do
406 Ceará, especialmente ao médio Jaguaribe e ao litoral, o Sr. **Pedro Capibaribe** respondeu
407 que a intenção era cobrir todo Estado do Ceará, mas os recursos disponibilizados para fazer
408 a pesquisa foram insuficientes para atender aquela pretensão. O Sr. **Vinícius Noronha da**
409 **Costa, conselheiro suplente (Defensoria Pública)** questionou se haveria interesse do
410 observatório em fazer uma parceria, já que ele era econômico e social, para que pudesse ser
411 verificado no Estado por inteiro, por exemplo, onde havia ou não saneamento básico. O Sr.
412 **Pedro Capibaribe** respondeu que aquilo não estava no foco do observatório. Após
413 agradecer a participação do Sr. Capibaribe, o Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das**
414 **Cidades e Vice Presidente do ConCidades)** avançou para o próximo ponto de pauta, ou
415 seja, a substituição da Central de Movimentos Populares. O Sr. **Francisco Lopes**
416 **(Secretário Executivo do ConCidades)** informou que a Secretaria Executiva fora



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

417 comunicada pela Sra. Silene de que a CMP (Central de Movimentos Populares), em nível
418 estadual, não mais existia. Então, o ConCidades deveria avaliar e encaminhar como se daria
419 a solução para aquele impasse, de vez que a entidade só existia em nível nacional. Após
420 amplo debate e tendo o Vice Presidente do ConCidades, Sr. **Mário Fracalossi**, colocado
421 que o representante da CMP faltara àquelas reuniões e que, automaticamente, já estava fora
422 do Conselho, necessitando ser substituído. Considerando que a informação sobre a
423 extinção da CMP fora verbal, o Sr. **Mário Fracalossi** colocou para apreciação dos
424 conselheiros a seguinte sugestão, que foi aprovada por unanimidade: a Secretaria publicaria
425 um edital de convocação do(a) representante da CMP, em substituição ao conselheiro(a) até
426 então nomeado(a) para representá-la, dando prazo até a próxima reunião do ConCidades
427 para atender ao chamado. Não havendo a indicação no prazo estabelecido no referido
428 edital, abrir-se-ia um outro Edital para chamamento das entidades do segmento
429 Movimentos Populares que tivessem interesse de participar do Conselho. A Sra. **Antônia**
430 **Luzanira Lima, conselheira suplente (Fosmut)**, interveio para registrar que estava
431 pleiteando, perante aquele Conselho Estadual das Cidades do Ceará, assumir aquela vaga de
432 titular, de vez que era altamente comprometida com as suas obrigações junto àquele
433 ConCidades, não havendo faltado a nenhuma reunião. Encaminhado esse ponto de pauta, o
434 Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do**
435 **ConCidades)** avançou ao próximo ponto, ou seja, o relato da 41ª Reunião do Conselho
436 Nacional das Cidades, da qual houvera participado em Brasília-DF nos dias 23 a 26 de julho
437 de 2014. Reportando-se ao relato que houvera sido disponibilizado dentro da pasta de cada
438 conselheiro ali presente, o Sr. **Mário Fracalossi** destacou que foi uma experiência
439 interessante assumir, como conselheiro, no Conselho das Cidades, até para ver a dinâmica
440 de funcionamento daquele Conselho, para ver a forma de funcionar do Conselho Nacional,
441 que poderia, também, ser referência para melhorar o funcionamento no nível estadual. A
442 Sra. **Ana Virgínia Ferreira do Carmo (MLB)**, pediu a palavra para dizer: “Boa tarde. Eu
443 sou Virgínia do MLB. Eu queria pedir desculpas porque vou me ausentar, porque nós
444 estamos em Pré-Congresso, e até justificar a minha ausência na capacitação, porque eu sou
445 uma das que briga por curso. Nós realizaremos o 4º Congresso Nacional do MLB em São
446 Paulo. Eu estou em tempo de arrancar os cabelos para levar 50 pessoas a São Bernardo, que
447 nós sabemos que não é uma tarefa fácil. Eu estou aqui, mas estou pensando em milhões de
448 coisas que tem que ser resolvidas. Então, obrigada e boa tarde.” Após a intervenção da Sra.
449 Ana Virgínia, o Sr. **Mário Fracalossi** voltou a comentar sobre as discussões e resoluções
450 fruto da 41ª reunião do ConCidades nacional, ocasião em que o Sr. **Anderson Rafael,**
451 **conselheiro suplente (Aprece)**, interveio para voltar a pedir que fosse feita pelo
452 ConCidades/CE uma resolução de recomendação, para que a SEPLAG fosse mais solícita
453 no atendimento dos demais municípios, e não somente do município de Fortaleza. Em
454 meio ao amplo debate e manifestações que se sucederam, o Sr. **Carlos Alberto Félix Lima,**
455 **conselheiro titular (Fecomp)**, interveio, solicitando uma questão de ordem, pedindo ao Sr.
456 Mário Fracalossi que, por favor, retornasse ao ponto de pauta que havia sido interrompido
457 pela intervenção do Sr. Anderson, não entrando no mérito da discussão, que considerava
458 justa, mas enfatizando que tinham que avançar na pauta. Acatada a questão de ordem, o Sr.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

459 **Mário Fracalossi** avançou ao próximo ponto, ou seja, a retomada da Apresentação e debate
460 dos temas dos Comitês Técnicos. Inicialmente, o Sr. **Cyro Régis, coordenador do Comitê**
461 **de Transporte e Mobilidade Urbana, conselheiro titular (Seinfra)**, situou os presentes
462 sobre os avanços daquele Comitê, dentre os quais destacou a interação com o Ministério das
463 Cidades, Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana - SEMOB, no sentido de
464 realizar um seminário aqui em Fortaleza, que pudesse retratar o estágio da Lei nº12.587 de
465 3 de janeiro de 2012, que trata das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana,
466 pedido que foi acatado por aquele Ministério, que irá realizá-lo aqui em Fortaleza, no
467 Conselho, no dia 13 de novembro de 2014. Feitas essas colocações pelo Sr. Cyro Régis e
468 após as manifestações do plenário, que as sucederam, o Sr Cyro esclareceu que não havia
469 novos encaminhamentos a acrescentar, uma vez que todas as ações já haviam sido tomadas.
470 Em seguida, foi a vez do Comitê de Saneamento, coordenado pelo Sr. **Edmundo Olinda**
471 **(Coordenador de Saneamento da Secretaria das Cidades)**. Após sua fala, manifestou-se o
472 Sr. **Francisco Erivaldo Oliveira, conselheiro suplente (AAMAP)**, para expressar que sua
473 angústia relativamente ao tratamento do meio ambiente, expressão, esta, que os catadores
474 de materiais recicláveis não mais usavam, preferindo o linguajar do ambiente. Sobre os
475 gargalos que existem, dirigiu-se ao Secretário Adjunto das Cidades, Sr. Mário Fracalossi, e
476 perguntou como estava o Programa Pró Catador, se ainda estava em licitação, tendo-lhe
477 sido informado pelo Sr. Mário Fracalossi que houve um imbróglio na PGE, na Comissão
478 de Licitações, porque o prazo de execução Pró-catadores era um convênio que a Secretaria
479 das Cidades tinha com o Senai, para apoiar 92 municípios, contudo, a Comissão de
480 Licitação do Estado teve um entendimento de que o contrato não poderia ter mais de 1 ano.
481 Acrescentou, por fim, que a licitação deveria dar-se ainda em 2014, mas que se estenderia
482 pelo ano de 2015. O coordenador do Comitê de Saneamento, após informar que não havia
483 encaminhamentos a fazer, agradeceu a todos e encerrou sua participação. Em seguida, foi a
484 vez do Comitê de Planejamento Urbano, tendo a sua coordenadora, a Sra. **Carolina**
485 **Rocha, Coordenadora de Desenvolvimento Urbano e Territorial (Secretaria das**
486 **Cidades)**, que esclareceu ter aquele comitê feito um Plano de Ação, ficando seus membros
487 responsáveis por provocar a Secretaria das Cidades, no sentido de propor a revisão de
488 Planos Diretores Municipais, de questionar sobre a elaboração de Política Estadual e
489 Desenvolvimento Regional e de provocar discussões que fossem de âmbito metropolitano,
490 não tendo havido, contudo, a pretensa provocação para a Cidades, relativamente aos temas.
491 Dando sequência à reunião, o Sr. **Mário Fracalossi** esclareceu que, de certa forma, as
492 colocações da Sra. Carolina, estariam contempladas pelas Resoluções que tratavam as
493 extinções dos Fundos, frutos do encaminhamento consensuado naquela reunião, pela parte
494 da manhã. Tratava-se de duas Resoluções Administrativas do Conselho que seriam exibidas
495 na tela para avaliação dos textos propostos, por parte dos conselheiros, com vistas a sua
496 aprovação. Em seguida, o Sr. **Mário Fracalossi** fez a leitura da primeira resolução, a seguir
497 transcrita: “Resolução Administrativa de nº 2, de 18 de agosto de 2014, mantém o Fundo de
498 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza – FDM. O Conselho Estadual das
499 Cidades – Ceará ConCidades-CE, no uso das suas atribuições, estabelecidas pela Lei
500 nº14.558, de 21 de dezembro de 2009, e, considerando a necessidade de debater as regiões



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

501 metropolitanas; considerando a necessidade de dinamizar o funcionamento das regiões
502 metropolitanas; considerando a necessidade de se elaborar um Plano de Desenvolvimento
503 Metropolitana para fortalecer o Conselho Metropolitan: considerando a necessidade de se
504 formar uma Comissão para discutir propostas com Assembleia Legislativa sobre a questão
505 metropolitana; considerando a dificuldade de reunir os gestores municipais para discutir o
506 Fundo e sua gerência. Resolve: Manter o Fundo de Desenvolvimento da Região
507 Metropolitana de Fortaleza-FDM e como unidade orçamentária da Secretaria das Cidades.
508 **Artigo 2º:** Criar uma Comissão para discutir propostas sobre a Região Metropolitana de
509 Fortaleza com a Assembleia Legislativa do Estado. **Artigo 3º:** Discutir com os gestores dos
510 municípios da região metropolitana. **Artigo 4º:** Estabelecer o prazo de tantos meses para
511 reavaliação do FDM e seu funcionamento. **Artigo 5º:** Esta resolução entra em vigor na data
512 de sua publicação - Carlo Ferrentini Sampaio, Secretário das Cidades e Presidente do
513 Conselho." Colocado o texto em discussão e após as manifestações e contribuições dos
514 presentes, a Resolução Administrativa nº 2, de 18 de agosto de 2014, foi aprovada por
515 unanimidade, com o seguinte teor: "*Mantém o Fundo de Desenvolvimento da Região*
516 *Metropolitana de Fortaleza – FDM. O CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO*
517 *CEARÁ – CONCIDADES/CE, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Nº 14.558, de 21*
518 *de dezembro de 2009, e, considerando a necessidade de debater as Regiões Metropolitanas;*
519 *considerando a necessidade de dinamizar o funcionamento das regiões metropolitanas;*
520 *considerando a necessidade de se elaborar um Plano de Desenvolvimento Metropolitan para*
521 *fortalecer o Conselho Metropolitan; considerando a necessidade de se formar uma Comissão*
522 *para discutir proposta com a Assembleia Legislativa, sobre a questão metropolitana;*
523 *considerando a dificuldade de reunir os gestores municipais para discutir o fundo e sua gerência,*
524 *resolve: Art. 1º – Manter o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza –*
525 *FDM; Art. 2º – Designar o Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano,*
526 *Territorial e Integração Regional para discutir proposta sobre a Região Metropolitana de*
527 *Fortaleza; Art. 3º – Estabelecer o prazo de até 120 dias para reavaliação do FDM e seu*
528 *funcionamento. Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlo*
529 *Ferrentini Sampaio, Secretário das Cidades, Presidente do Conselho Estadual das Cidades.*
530 Por fim, passou-se à Resolução Administrativa nº 3, de 18 de agosto de 2014, tendo o Sr.
531 **Mário Fracalossi**, de início, ressaltado que por ter a de nº 3 o mesmo objeto da de número
532 2, lhe seria dada a mesma redação e o mesmo prazo, inclusive, e que uma se diferenciaria da
533 outra apenas em relação à região, que no caso da de nº 3 era a Região Metropolitana do
534 Cariri. Foi colocada, então, em votação, a proposta de a Resolução Administrativa nº 3,
535 que trata da Região Metropolitana do Cariri, ter a mesma redação da Resolução
536 Administrativa nº 2, que trata da Região Metropolitana de Fortaleza, a qual foi aprovada
537 por unanimidade. Concluída a votação, o Sr. **Francisco Lopes (Secretário Executivo do**
538 **ConCidades)** comunicou aos conselheiros presentes as regras da Escola de Gestão Pública
539 para aqueles que iriam participar do curso que ali teria lugar nos dias subsequentes. Em
540 seguida, apresentou à apreciação e aprovação dos presentes, as propostas de alteração das
541 datas das duas últimas reuniões do ConCidades, previstas para 2014, ou seja, a antecipação
542 da reunião do dia 27 de outubro, para o dia 20 de outubro de 2014, de forma a propiciar a

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéa
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

543 realização de mais uma capacitação para os conselheiros, nos dias 21, 22 e 23; e a
544 antecipação da última reunião do ano, do ConCidades, do dia 15 de dezembro, para o dia
545 13 de novembro de 2014, para contemplar o Seminário da Mobilidade. Na sequência, a
546 palavra retornou ao Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice**
547 **Presidente do ConCidades)**, que colocou as duas propostas em regime de votação, tendo
548 sido, ambas, aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar e após agradecer a
549 presença de todos e todas, foi dada por encerrada a presente reunião.


Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria do Planejamento e
2 Gestão do Estado do Ceará - Seplag, localizada no 3º andar do Ed. Seplag, situado à Av.
3 Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambeba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará;
4 Ao vigésimo dia do mês de outubro, do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, com a
5 presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do
6 Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-
7 Presidente do ConCidades/CE, Exmo. Sr. Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1). Abertura,
8 Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 19ª Reunião; 2) Apresentação Assembleia Legislativa
9 – Projeto Atlas de Divisas Georreferenciadas do Estado do Ceará; 3) Definição sobre a vaga
10 de membro titular do ConCidades/CE – Segmento Movimentos Sociais e Populares; 4)
11 Reunião Integrada dos Comitês Técnicos - Priorização das propostas da 5ª Conferência
12 Estadual das Cidades e definição de estratégias/ações para subsidiar a Política Estadual de
13 Desenvolvimento Urbano e PPA – 2016-2019; 5) Definição de Pauta para a próxima
14 reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes,
15 representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo;
16 Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais,
17 Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e
18 ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Mário Fracalossi**
19 (**Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades**) deu início a reunião,
20 saudando e agradecendo a presença de todo(a)s. Confirmada a existência de quórum, foi a
21 Pauta, então, submetida à avaliação dos conselheiros presentes, os quais a aprovaram, na
22 íntegra. Na sequência, foi submetida à avaliação dos presentes a Ata da 19ª Reunião,
23 previamente enviada a todo(a)s, por e-mail, para manifestações. A Sra. **Ana Virgínia**
24 **Ferreira (MLB)** colocou que havia feito ressalva por e-mail, solicitando que suas falas
25 fossem inseridas na íntegra, no que foi atendida. O Sr. **Mário Fracalossi** usou da palavra
26 para comentar, relativamente ao assunto, que a Ata produzida com o inestimável apoio dos
27 taquígrafos da Assembléia Legislativa, era apresentada de forma completa, contemplando
28 tudo quanto constava da gravação do encontro, o que gerava, em média, um relato de 50
29 páginas. Assim sendo, colocava para deliberação dos presentes duas opções: ou manter a
30 Ata, na íntegra, com todas as falas, ou permanecer como vinha sendo feito, ou seja, a
31 Secretaria Executiva continuar a elaborar a Ata sintética, a partir da compilação do que seja
32 relevante. A conselheira **Ana Virgínia Ferreira (MLB)** argumentou que, mesmo tendo a
33 versão resumida, achava importante conservar a ata na íntegra, não só para preservar tudo
34 quanto se havia dito, de vez que naquele fórum os conselheiro(a)s defendiam posições, mas,
35 também, para que viesse a compor os anais do Conselho. Assim, posicionou-se pela
36 manutenção da Ata sintetizada pela Secretaria Executiva do ConCidades, enviada
37 previamente aos conselheiro(a)s para manifestações, desde que contemplasse as
38 reivindicações feitas por parte do(a)s conselheiro(a)s, sempre que solicitado. O Sr. **Sérgio**



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

39 **Porto (Secovi)**, concordou com o posicionamento da conselheira Ana Virgínia, elogiou a
40 produção da ata sintética e seu prévio envio aos conselheiro(a)s, e manifestou-se pela sua
41 manutenção, desde que registrasse os trechos porventura reivindicados por qualquer
42 conselheiro(a). Sobre a correção que solicitara, relativamente à sigla da sua instituição,
43 registrada de forma equivocada na ata, foi informado de que já havia sido retificado.
44 Manifestou-se, ainda, o Sr. **José Lino Fonteles (Defensoria Pública)**, que considerou a
45 ponderação dos dois colegas importante, à medida que esclarecia a respeito da conduta dos
46 conselheiros com relação à ata, daquele momento em diante. Nesse sentido, acrescentou
47 que doravante, quando o conselheiro solicitasse alguma alteração, o ideal seria que a
48 secretaria executiva resgatasse o que ele falou, primeiro, para não haver nenhum acréscimo,
49 mas se esse fosse interessante, deveria ser feito em apartado, constando da ata apenas a
50 manifestação feita no momento da reunião, a não ser que ele pedisse “*Fiz uma manifestação*
51 *em apartado e quero que conste ao final desta ata*”. Finalizou dizendo que achava isso válido e
52 que, a seu ver, deveria ser aceito por todos, para que não houvessem manifestações
53 constantes da ata que, efetivamente, não houvessem ocorrido no momento da reunião. O
54 Sr. **Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)**, para complementar, achou por
55 bem esclarecer que todas as vezes em que um(a) conselheiro(a) se manifesta, no sentido de
56 que seja incluída uma fala sua, não contemplada na ata resumida, a Secretaria Executiva
57 envia para o(a) conselheiro(a), na íntegra, a transcrição da gravação feita pela equipe de
58 taquígrafos e pergunta se é aquele trecho que ele(a) está reivindicando seja incluído, não se
59 colocando nenhum adendo, além daquilo que ficou registrado à ocasião, tendo sido este,
60 exatamente, o caso da Sra. Virgínia, a qual disse que a sua fala não fora contemplada na ata
61 resumida e solicitou a devida inclusão, tendo a Secretaria Executiva enviado a ela a
62 transcrição da gravação, a partir do que ela ratificou o pedido e foi prontamente atendida.
63 Finalmente, usou da palavra o Sr. **Cyro Régis (Seinfra)**, para se reportar a um equívoco
64 cometido na linha 60 da ata, relativamente ao nome do DNIT, recomendando sua correção
65 para Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ao que foi informado ter
66 sido aquela correção já efetivada. Não havendo mais manifestações, o Sr. **Mário Fracalossi**
67 colocou em votação a aprovação da Ata da 19ª Reunião, respeitados os devidos ajustes,
68 tendo a mesma obtido aprovação unânime. Na sequência, passou aos seguintes informes: -
69 sobre a Lei Complementar 144, aprovada pela Assembléia Legislativa, que incluiu as cidades
70 de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu na Região Metropolitana de Fortaleza,
71 destacou que a Secretaria das Cidades e o Conselho Estadual das Cidades, em momento
72 algum, foram solicitados a se manifestarem a respeito do assunto. No site da Assembléia
73 também não foi encontrado qualquer relato ou informe sobre a motivação para aquela
74 inclusão; - sobre a participação da Assembléia Legislativa nas reuniões do ConCidades/CE,
75 registrou que aquela instituição não tem se feito representar nas reuniões; - sobre o
76 comentário do conselheiro José Airtton, na 19ª reunião, relativamente à extinção do FDM e
77 FDMC, sugerindo fossem chamados os prefeitos de cada região envolvida, e o comentário
78 do conselheiro Hércules de que os conselhos gestores dos fundos também deveriam ser
79 chamados, colocou que entendia que a Secretaria Executiva, junto com a Coordenação
80 Executiva, poderiam montar uma proposta de plano de ação, para ver de que forma o



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

81 acompanhamento poderia ser feito, ao longo do prazo de seis meses definido nas
82 resoluções, contado a partir da data da publicação de ambas, findo o qual o assunto deveria
83 ser novamente submetido ao Conselho para deliberar sobre a manutenção ou exclusão dos
84 dois Fundos. A proposta de plano de ação poderia ser aprovada ou *ad referendum*, entre esta
85 reunião e a próxima, ou poderíamos dar seguimento aos assuntos colocados nesse plano de
86 ação que não fossem polêmicos; e, finalmente, - sobre a relação dos municípios que tiveram
87 trabalho com a Cohab, tanto mutirão, como de venda de imóveis, solicitada pela
88 conselheira Gorete, a Cohab disponibilizou a relação de todos os empreendimentos que
89 foram implantados por aquela companhia, que foi encaminhada para todos os
90 conselheiro(a)s. Dados esses informes, a Sra. **Gorete Fernandes (Conam)**, sobre a relação
91 recebida da Cohab, disse que sentiu falta de alguns conjuntos e que os dados, da forma
92 como estavam colocados, não contribuíam para que se tivesse uma perfeita identificação da
93 situação. O Sr. Mário Fracalossi esclareceu que a relação só contemplava o município de
94 Fortaleza, uma vez que os demais municípios, quando solicitados pela Cohab, não se
95 manifestaram quanto à participação. Para a Cohab avançar na regularização precisa ter uma
96 manifestação do município para assinar um Termo de Cooperação com a Cohab para
97 iniciar o processo. Quanto à dúvida no relatório da Cohab, em relação ao fato de que aqui
98 em Fortaleza há alguns conjuntos com a denominação "ficam", que não se sabe o que
99 significa, até o final da reunião será esclarecido. O Sr. **Anderson Rafael Cavalcante**
100 (**Aprece**), colocou, em relação ao município de Maracanaú ter requerido e não ter sido
101 atendido pela Cohab, que o Dr. Eldair(Cohab), após a última reunião do ConCidades, os
102 recebeu por duas vezes e disse que após o período eleitoral faria um novo encontro. Nesse
103 sentido, o Sr. Anderson sugeria e solicitava que a Secretaria das Cidades, bem como a sua
104 Coordenadoria de Habitação, e a própria Coordenação Executiva do Conselho
105 acompanhassem essa reunião, conclamando, ainda, o Idece para ajudar naquela empreitada.
106 Sobre o pedido, o Sr. Mário Fracalossi informou que bastava marcar a data, que todos
107 estariam à disposição para participar e, em seguida, passou a palavra ao Sr. **Francisco Lopes**
108 (**Secretário Executivo do ConCidades/CE**) que, fazendo menção a um e-mail recebido do
109 coordenador do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, Sr. **Cyro Régis (Seinfra)**,
110 repassou ao Sr. Cyro a palavra, para que prestasse a todos informações importantes, no
111 âmbito daquele Comitê. O Sr. Cyro, a partir da possibilidade levantada pelo Vice-
112 Presidente Mário Fracalossi, de se montar um plano de ação visando, ainda, a discussão do
113 FDM e do FDMC, colocou que havia apresentado no mencionado e-mail alguns assuntos
114 que deveriam ser discutidos naquela reunião ordinária do ConCidades/CE, no âmbito do
115 Comitê de Transporte e Mobilidade. Um deles dizia respeito à próxima reunião daquele
116 Conselho, para a qual estava prevista uma exposição visando sensibilizar para a Política
117 Nacional de Mobilidade Urbana, sobretudo, da Lei 12.587. No âmbito do Comitê,
118 discutiríamos sobre o convite aos prefeitos dos municípios das regiões metropolitanas de
119 Fortaleza e do Cariri, como também aos de municípios que detivessem população acima de
120 20 mil habitantes, haja a vista a Lei exigir que esses municípios que detêm essa densidade
121 elaborem seus planos. Caso acatada, no âmbito da reunião do ConCidades, a sugestão do
122 convite, constituir-se-ia excelente oportunidade para termos todos os prefeitos dessas duas

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéa
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

123 regiões metropolitanas presentes na próxima reunião, os quais, também, são os presidentes
124 dos conselhos gestores daqueles Fundos. Assim, deixava registrada a proposta para, num
125 momento oportuno da reunião discutir-se sobre sua pertinência ou não. A **Sra. Firmiana**
126 **Fonseca (Urca)**, complementou dizendo que ainda havia uma resistência muito grande, por
127 parte dos municípios, na elaboração dos seus planos de mobilidade. O **Sr. Francisco Lopes**
128 retomou a palavra e comunicou que havia um informe a ser dado pela UGP-II, Unidade
129 Gestora de Projeto da Secretaria, que trabalha com a Região do Jaguaribe, a Região de
130 Sobral e a do Vale do Acaraú, contudo, como nenhum membro daquela UGP se
131 encontrava presente para fazê-lo, avançar-se-ia para o próximo ponto de pauta, ou seja, a
132 apresentação, pela Assembléia Legislativa, do Projeto Atlas de Divisas Georreferenciadas do
133 Estado do Ceará, trabalho esse que estava sendo feito em conjunto com o Ipece e o IBGE.
134 Francisco Lopes passou a palavra ao **Sr. Emanuel Lindberg Silva (Ipece)**, geógrafo e
135 analista do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-Ipece, que faz parte de
136 coordenação do Projeto Atlas de Divisa Georreferenciada do Estado do Ceará, convênio
137 entre o Ipece, IBGE e Assembleia Legislativa, em parceria com algumas instituições, dentre
138 elas o Idace, a UVC e a Aprece, além das prefeituras e câmaras municipais dos 184
139 municípios do Estado do Ceará. Após agradecer o convite enviado ao Deputado Neto
140 Nunes e aos outros conveniados que estavam ali presentes, nas pessoas do Sr. Francisco
141 Lopes, do IBGE, e do Sr. Luiz Carlos Mourão, da Assembleia Legislativa, deu início a sua
142 apresentação, finda a qual respondeu a todos os questionamentos apresentados pelos
143 participantes, esclarecendo ponto a ponto, sempre que solicitado. No decurso dos
144 questionamentos, a **conselheira Sandra de Souza (Seplag)**, sobre a inclusão dos novos
145 municípios na Região Metropolitana de Fortaleza, perguntou se algum deles poderia
146 informar a respeito de quais haviam sido os critérios utilizados para aquele fim e qual
147 benefício adviria para aqueles municípios, ao serem incluídos na Região Metropolitana, ao
148 que lhe foi respondido ter sido aquele um projeto anterior, o qual já tinha sido aprovado
149 pelo plenário e devidamente publicado, de cujo processo não haviam participado. Já o
150 conselheiro **Anderson Rafael (Aprece)**, registrou o prejuízo que o ConCidades vinha
151 tendo com a ausência do representante da Assembléia Legislativa nas reuniões e, nesse
152 sentido, sugeriu ao Conselho e a sua Presidência que solicitasse nova indicação de
153 representantes àquela Casa Legislativa e que, se possível, esses representantes participassem
154 de comissões vinculadas à questão urbana. O conselheiro **Cyro Régis (Seinfra)**, ainda sobre
155 a ampliação da Região Metropolitana de Fortaleza, considerando a importância de ter-se
156 claramente identificados os critérios de ordem física, territorial, econômica e social que
157 fundamentaram aquela inclusão, propôs ao ConCidades que convidasse o autor daquele
158 Projeto de Lei Complementar, no caso o Deputado Lula Moraes, para vir ao Conselho das
159 Cidades explicar sobre os aspectos que compuseram a discussão para que a RMF fosse
160 ampliada. A **conselheira Clarissa Figueiredo (UFC)**, para que as questões das divisas dos
161 municípios não sejam resolvidas da mesma forma que foi a da inclusão dos quatro novos
162 municípios, propôs que o ConCidades convidasse o representante da Assembleia Legislativa
163 que estava à frente do processo de negociação das divisas municipais para fazer apresentação
164 sobre o tema, ao menos em relação às macrorregiões que já haviam sido finalizadas.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

165 Finalizando esse ponto de pauta, o Sr. **Mário Fracalossi** (Vice-Presidente do
166 **ConCidades/CE**) ressaltou a importância daquele trabalho realizado conjuntamente pelo
167 IBGE, Ipece e Assembléia Legislativa e agradeceu aos Srs, Mourão, Lopes e Lindberg, bem
168 com a Sra. Lana, do Ipece, pelo atendimento ao convite feito pelo ConCidades, pela
169 apresentação e esclarecimentos prestados. Sobre o questionamento da conselheira Clarissa
170 (UFC), a respeito dos dois convites sugeridos, o Sr. Fracalossi respondeu que ambos seriam
171 devidamente oficializados. Em seguida, a palavra foi passada ao Sr. Francisco Lopes, que
172 avançou ao próximo ponto de pauta, ou seja, a definição sobre a vaga de membro titular do
173 ConCidades/CE, a ser preenchida por entidade pertencente ao segmento Movimentos
174 Sociais e Populares. Após constatada a ausência da Central de Movimentos Populares, que
175 compunha a Gestão 2013-2016 do ConCidades, e que fora oficialmente instada a
176 comparecer àquela reunião para justificar-se quanto às seguidas ausências, Francisco Lopes
177 apresentou à deliberação de todos a minuta da Resolução Administrativa N°5, conforme
178 transcrita, a seguir, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade pelo plenário.
179 **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 05, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**
180 **Substituição da titularidade da entidade Central de Movimentos populares – CMP, pela sua**
181 **suplente, Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá – FOSMUT, no**
182 **Conselho Estadual das Cidades do Ceará – ConCidades/CE. O CONSELHO**
183 **ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE, no uso das atribuições**
184 **estabelecidas pela Lei N° 14.558, de 21 de dezembro de 2009, resolve: Art. 1° - Indicar a**
185 **Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá – FOSMUT, para assumir como**
186 **membro titular, assento no Conselho Estadual das Cidades, em razão da extinção da**
187 **Central de Movimentos Populares – CMP, no nível estadual; Art. 2° - Declarar a vacância**
188 **da suplência do segmento Movimentos Sociais e Populares, a ser preenchida mediante a**
189 **publicação de um novo edital para esse fim; Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na**
190 **data de sua publicação. Carlo Ferrentini Sampaio, Secretário das Cidades, Presidente do**
191 **Conselho Estadual das Cidades”.** Passada a palavra ao Sr. **Mário Fracalossi** (Vice-
192 **Presidente do ConCidades/CE**), este apresentou a todos e colocou em votação a proposta
193 de Edital para convocação das entidades do segmento Movimentos Sociais e Populares, a
194 qual foi aprovada pelo plenário. De acordo com a proposta, para concorrerem à vaga, as
195 entidades deveriam atender, concomitantemente, aos seguintes requisitos: – terem sido
196 comprovadamente representadas na 5ª Conferência Estadual das Cidades; – terem feito a
197 devida inscrição no site da Secretaria das Cidades www.cidades.ce.gov.br, até a data
198 estipulada no Edital; e – terem estado presentes na 21ª Reunião Ordinária do ConCidades.
199 Encerrado esse ponto de pauta, deu-se início à Reunião Integrada dos Comitês Técnicos
200 para priorização das propostas da 5ª Conferência Estadual das Cidades e definição de
201 estratégias e ações para subsidiar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e PPA –
202 2016-2019. O Sr. **Francisco Lopes** (Secretário Executivo do ConCidades) explicou que,
203 para possibilitar que os Comitês trabalhassem de forma mais objetiva, as propostas
204 aprovadas na 5ª Conferência tinham sido separadas e organizadas conforme fosse sua
205 relação com a área de atuação de cada Comitê, proporcionando, assim, que os Comitês
206 planejassem e definissem seus planos de ação de forma concreta. Francisco Lopes



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

207 acrescentou que a ideia, com esse trabalho, era tirar propostas de cada Comitê para serem
208 discutidas no PPA de 2015, estabelecidas como prioridades importantes de serem
209 desenvolvidas nos próximos 4 anos. Em seguida, usou da palavra o **Vice-Presidente do**
210 **ConCidades, Mário Fracalossi**, que explicou a todos como seria a metodologia de
211 trabalho, esclarecendo todas as dúvidas levantadas. Na sequência, os conselheiros deram
212 início aos trabalhos, tendo sido priorizadas pelos mesmos as seguintes propostas, de cada
213 área: **Habitação** – Propostas 1, 2 e 4, quais sejam: 1. Captação de recursos disponibilizados
214 pelo governo federal e estadual para os municípios, sem contrapartida, para viabilizar
215 moradias às famílias de baixa renda. Isenção de contrapartida para os municípios com
216 população inferior a 20.000 habitantes, que atenda somente os pequenos municípios que
217 possuem baixo repasse financeiro do governo federal. Ressaltar a isenção de contrapartida
218 para municípios com população inferior a 50.000 habitantes para projetos habitacionais de
219 interesse social; 2. Garantir a Implementação do programa nacional de regularização
220 fundiária e plena, em conformidade com a Lei nº. 11.977/2009, garantindo o acesso à
221 escritura pública, com subsídios, e a criação do programa nacional de regularização e
222 fundiária, com recursos do Tesouro e apoio técnico aos municípios, garantindo sua
223 aplicação na regularização fundiária em um percentual equivalente a 10% do valor gasto no
224 programa nacional de habitação; e 4. Fortalecer as contratações do PMCMV para entidades,
225 estimulando o associativismo, a participação e divulgação dos diversos segmentos da
226 sociedade civil organizada, ou seja, entidades sem fins lucrativos; e 5. Ampliar a
227 implementação da política nacional de habitação de interesse social, urbana e rural, para
228 atender a toda a população de baixa renda, priorizando as comunidades em área de risco, de
229 modo que o programa federal assegure que a cada unidade habitacional construída na faixa
230 de 3 a 10 salários mínimos sejam construídas 4 unidades da faixa de 0 a 3 salários mínimos,
231 fundamentando-se nos planos estaduais e municipais de habitação, executando-se
232 preferencialmente nas ZEIS ou nos espaços já com infraestrutura planejada na legislação
233 municipal; **Saneamento** – Propostas 2, 3 e 6, quais sejam: 2. Universalizar o acesso ao
234 saneamento básico dando ênfase à preservação e revitalização dos mananciais hídricos,
235 planejando e viabilizando recursos para sua implementação com base numa política
236 nacional de saneamento ambiental, obedecendo a formalização dos consórcios; 3. Aplicação
237 imediata da Lei nº. 11.445/2007 e proceder a elaboração do plano municipal de saneamento
238 básico; e 6. Criar programas de efetivação de aterros sanitários, com atenção especial de
239 incentivos e melhores vantagens para municípios com menos de 50.000 habitantes;
240 **Mobilidade** – Propostas 1, 2 e 3, quais sejam: 1. A Política Nacional de Mobilidade deve
241 garantir a padronização de calçadas, sinalização de vias; adaptação de vias e transporte
242 público para pessoas com os diversos tipos de deficiência e com mobilidade reduzida;
243 construção de ciclovias integradas ao sistema viário; estruturação de programas setoriais de
244 acessibilidade e eliminação de barreiras. Deverá, portanto, desenvolver ações integradas
245 entre todas as instâncias sociais para promover a acessibilidade e a eliminação de barreiras
246 arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, bem como ações de conscientização em função das
247 mudanças atitudinais dos seus administradores e habitantes, atuando no mais amplo
248 espectro da sociedade junto ao legislativo, ao executivo, e ao judiciário; junto às entidades

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

249 dos setores produtivos, junto às instituições de ensino, do terceiro setor e às comunidades.
250 Várias ações e projetos: Sistema Viário, inventário e diagnóstico; Junto aos setores
251 produtivos; Junto aos setores habitacionais; Junto às comunidades; Observatório da
252 Acessibilidade; Escritório da Acessibilidade; Adaptação da legislação municipal à estadual,
253 federal e internacionalmente; Campanhas de conscientização; Inovação em Tecnologias
254 Assistivas com foco em acessibilidade; 2. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
255 deve priorizar o transporte público de massa acessível a todos (acessibilidade física,
256 acessibilidade socioeconômica) e em todas as cidades, de modo a tornar o trânsito menos
257 caótico por meio da integração intermodal; e 3. A Secretaria Nacional de Transporte e da
258 Mobilidade Urbana deve estimular a implantação da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº.
259 12.587/2012) no âmbito dos municípios e regiões metropolitanas, incentivando as escolas e
260 instituições de ensino para trabalhar a educação para o trânsito, pois a definição de políticas
261 municipais de mobilidade urbana devidamente pactuadas com a sociedade são instrumentos
262 vitais para a construção e longevidade de Planos de Mobilidade Urbana nas nossas cidades.
263 Criar linha de cofinanciamento para projetos de acessibilidade e infraestrutura, sendo 70%
264 oriundos do Governo Federal, 25% do governo estadual e 5% do governo municipal,
265 devendo a União não só financiar os Planos de Mobilidade Urbana, como também
266 contribuir com assessoramento técnico na execução desses Planos nos municípios com
267 população inferior a 20 mil habitantes; **Planejamento** – Propostas 1, 2, 3, 4 e 6, quais sejam:
268 1. Instituir Consórcios Públicos com a participação do Ministério das Cidades para tratar
269 do Desenvolvimento Urbano dos Municípios e viabilizar a execução e gestão de serviços
270 comuns e o fortalecimento regional, com aporte de recursos dos governos federal e
271 estaduais; 2. Instituir o Sistema de Informação e o Monitoramento das Políticas Urbanas,
272 através do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, como parte do Sistema Nacional
273 Urbano; 3. Ampliar a capacidade de planejamento e gestão dos municípios, com
274 investimento na capacitação, inclusive dos Conselhos Municipais, visando garantir nos
275 municípios corpo técnico qualificado, constituído por servidor público efetivo, na área de
276 gestão e desenvolvimento urbano (planejamento, elaboração e gestão de projetos), com
277 recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU; 4. Criar
278 imediatamente o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano; e 6. Apoiar técnica e
279 financeiramente as esferas municipais na execução dos planos diretores, com a criação de
280 programas e projetos para municípios com menos de 50.000 habitantes. Seguindo a
281 metodologia adotada para o trabalho, na sequência, foram formados quatro grupos de
282 trabalho com a missão de elaborar um plano de ação para as propostas priorizadas pelos
283 conselheiros, dentro de cada área. Os grupos ficaram assim compostos: **Grupo 1** –
284 **Saneamento**: Clarissa Freitas, Anderson Rafael, Teresa Hilda, Eugênia Maria, Ana Valéria
285 e Edmundo Olinda; **Grupo 2** – **Mobilidade**: Cyro Régis, Cláudio Nogueira, Galba Bessa,
286 Djalma Magalhães, Firmiana Siebra, Ana Virgínia e José Souza(Zezinho); **Grupo 3** –
287 **Planejamento**: Sandra Sousa, Adaias Bezerra, Elaine Paiva, José Ivan e Isabella Mattos; e
288 **Grupo 4** – **Habitação**: Flávio Jucá, José Lino Fonteles, Gorete Fernandes, Antônio
289 Câmara, Antonia Luzanira, Sérgio Porto e Vinícius Noronha. Relativamente à
290 coordenação de cada grupo, ficou a cargo do Coordenador do Comitê do ConCidades

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



Governo do Estado do Ceará

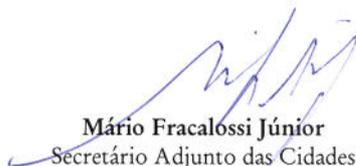
Secretaria das Cidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

291 pertinente à área de atuação do grupo, ou seja: **Grupo 1: Edmundo Olinda; Grupo 2:**
292 **Cyro Régis; Grupo 3: Sandra Sousa; e Grupo 4: Flávio Jucá.** Como não houve tempo
293 suficiente para a conclusão do detalhamento de cada um dos planos de ação, cada
294 coordenador de grupo apresentou apenas um breve resumo do que havia sido discutido no
295 grupo, ficando a cargo de cada Coordenador elaborar o plano de ação do grupo e apresentá-
296 lo na 21ª Reunião Ordinária do Conselho, para ser discutido e complementado pelos
297 Conselheiros, nessa ocasião. A Secretaria Executiva ficou encarregada de padronizar as
298 propostas priorizadas pelos conselheiros e disponibilizá-las a todos. Cumprida a pauta da
299 reunião, foi colocada em votação e aprovada unanimemente a alteração da data da próxima
300 reunião do ConCidades para o dia 15 de dezembro de 2014. Sobre a proposta de adiamento
301 da realização do curso de capacitação de "Lei de Acesso à Informação", formulado por
302 alguns(mas) conselheiro(a)s, o Sr. Mário Fracalossi (Vice-Presidente do ConCidades)
303 colocou que a Escola de Gestão já se mobilizara totalmente para o evento, inclusive com
304 relação à instrutoria, e que o curso aconteceria normalmente, conforme fora programado.
305 Nada mais havendo a tratar e após agradecer a presença e as contribuições de todos e todas,
306 foi dada por encerrada a presente reunião.



Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE

MINUTA DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag, localizada no 3º andar do Ed. Seplag, situado à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo quinto dia do mês de dezembro, do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Exmo. Sr. Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1). Abertura, Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 20ª Reunião; 2) Apresentação da Execução Orçamentária da Secretaria das Cidades; 3) Aprovação das Resoluções; 4) Reunião Integrada dos Comitês Técnicos. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Mário Fracalossi Júnior (Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades)** deu início a reunião, saudando e agradecendo a presença de todo(a)s. Confirmada a existência de quórum, foi submetida à avaliação dos conselheiros presentes a Pauta do encontro. Após acatarem a sugestão do Secretário Mário Fracalossi, que propôs fosse incluído um novo tópico na pauta, no caso, a apresentação de um vídeo, e que fosse trocada a ordem de apresentação de dois outros tópicos pré-existentes, a PAUTA da 21ª Reunião do ConCidades foi aprovada por unanimidade, passando a ter o seguinte teor e ordem: 1). Abertura, Informes e Aprovação da Pauta e da Ata da 20ª Reunião; 2) Apresentação do vídeo: É a nossa cidades. Vamos consertá-la – Alessandra Orofino; 3) Reunião Integrada dos Comitês Técnicos; 4) Apresentação da Execução Orçamentária da Secretaria das Cidades; 5) Aprovação de Resoluções. Complementando o primeiro ponto da pauta, foi submetida à avaliação dos presentes a Ata da 20ª Reunião, previamente enviada a todo(a)s, por e-mail, para manifestações. O Sr. **Cyro Régis (Seinfra)** observou que na linha nº 228, faltava o registro da proposta de número três, do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana; a Sra. **Gorete Fernandes (Conam)** sugeriu que fosse retirada, a partir da ata sob análise e doravante, a expressão “conselheiro(a) titular” ou “conselheiro(a) suplente”, sempre colocada, até então, após o nome do(a) conselheiro(a). Promovidos esses ajustes, a Ata da 20ª Reunião do ConCidades/CE foi aprovada unanimemente pelos presentes. Ainda com respeito à vigésima reunião, o conselheiro **José Airtton (Faita)**, aproveitou para ratificar um pedido seu, feito àquela ocasião, de que fosse solicitado ao IBGE a disponibilização para o ConCidades/CE tanto das leis quanto dos memoriais descritivos das áreas urbanas e de alguns distritos, para que essas informações fossem repassadas aos seus conselheiros. Feito esse registro, avançou-se, então, ao segundo ponto da pauta, ou seja, a apresentação do vídeo “É a nossa cidades. Vamos consertá-la”, com Alessandra Orofino, ativista urbana, co-fundadora das Redes Meu Rio e Nossas Cidades, versando sobre o caminho para construir cidades que façam seus cidadãos felizes e sobre a importância de mudar os processos de tomada de decisão, enfatizando, neste sentido, que o envolvimento das pessoas com as estruturas representativas concorre para a participação efetiva da sociedade civil organizada nas tomadas de decisão diretas, efetivas e coletivas, do tipo que pode transformar as cidades em lugares melhores para se viver. Após a apresentação do vídeo, os conselheiro(a)s elogiaram e agradeceram a iniciativa do Secretário Mário Fracalossi em apresentá-lo, comentando, de maneira geral, sobre o importante papel do ConCidades naquele contexto. Encerrado esse tópico, deu-se início ao próximo ponto previsto na pauta, no caso, a Reunião Integrada dos Comitês Técnicos, em que cada um dos coordenadores dos Comitês Técnicos do ConCidades/CE apresentou aos participantes, comentando item a item, o respectivo Plano de Ação do Comitê. Assim, foram apresentados, pela ordem, os seguintes planos, os quais se encontram anexados a presente Ata, da qual são parte integrante: Plano de Ação do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, apresentado por seu coordenador, Cyro Régis; Plano de Ação do Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social, apresentado por seu coordenador, Flávio Jucá; e Plano de Ação do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde, apresentado por seu coordenador, Edmundo Olinda. Relativamente ao Plano de Ação do Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, sua apresentação ficou comprometida, em face do impedimento do coordenador do comitê em comparecer a presente reunião. Concluído mais esse tópico, avançou-se para a Apresentação da Execução Orçamentária da Secretaria das Cidades, a qual foi realizada pelo Secretário Adjunto das Cidades, Sr. Mário Fracalossi Júnior, que no decurso de sua explanação prestou todos os esclarecimentos solicitados



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

sobre os produtos e números ali registrados. Em seguida, deu-se início à apresentação das duas Resoluções Recomendadas, para avaliação e aprovação dos Conselheiros, os quais deliberaram por transferir a discussão sobre a que versava a 6ª Conferência Estadual das Cidades para a primeira reunião do ConCidades/CE, do ano de 2015. Dessa forma, foi aprovada apenas a Resolução Administrativa Nº 03, nos termos a seguir: **RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 03, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.** Recomenda às entidades que compõem o Conselho Estadual das Cidades, a fomentarem a criação, implementação e funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades, nos seus respectivos municípios de atuação. O CONSELHO DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei Nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e Considerando a importância de fortalecer a criação do Sistema Nacional do Desenvolvimento Urbano onde os Conselhos Municipais exercem papel fundamental nesse processo; Considerando que o Conselho das Cidades tem a finalidade de integrar e articular as políticas específicas e setoriais na área do desenvolvimento urbano, como planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana; Considerando que tem como atribuições debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar programas, projetos, a política de desenvolvimento urbano e as políticas de gestão do solo, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade em conjunto – governo e sociedade civil – em cada esfera da Federação, **adota, mediante votação, e seu Presidente torna pública, a seguinte Resolução de Plenário:** Art. 1º Recomenda às entidades que compõem o Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a fomentarem a criação, implementação e funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades, nos seus respectivos municípios de atuação. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. **Carlo Ferrentini Sampaio**, Secretário das Cidades, Presidente do Conselho Estadual das Cidades. Cumprido o último ponto da pauta, a Secretaria Executiva do Conselho colocou para apreciação dos conselheiro(a)s duas propostas de calendário para as reuniões do ConCidades/CE, no ano de 2015, tendo sido aprovado, por unanimidade, o seguinte Calendário de Reuniões Ordinárias: 1ª reunião – 09 de Fevereiro de 2015; 2ª Reunião – 13 de abril de 2015; 3ª Reunião – 08 de junho de 2015; 4ª Reunião – 10 de agosto de 2015; 5ª Reunião – 05 de outubro de 2015; e 6ª Reunião – 14 de dezembro de 2015. Ao longo da presente reunião, conselheiros e conselheiras apresentaram diversas sugestões, as quais se encontram relacionadas a seguir, para conhecimento de todos. Conselheiras **Sandra Souza (Seplag)** e **Gorete Fernandes (Conam)**: Reservar espaço nas reuniões para apresentação de relatos de experiências dos municípios, sempre que solicitado por qualquer dos conselheiro(a); **Olinda Marques (PMF)**: Cobrar da Prefeitura Municipal de Fortaleza a criação do Conselho das Cidades de Fortaleza; **Erivaldo Gomes (AAMAP)**: Avançar na reflexão da Política Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; **José Sousa (FESAC)**: Apresentar no ConCidades as experiências das entidades-membros; e promover reuniões do ConCidades no interior do Estado; **Olinda Marques (PMF)**: Pesquisar sobre experiências, no âmbito do Habitat III, para serem replicadas para os Movimentos Sociais; **Mário Fracalossi (Vice-Presidente ConCidades)**: Criar ferramentas do tipo Habitat III para o ConCidades; **Jacinto Araújo (ACOBÉJA)**: Convidar o Conselho da Pessoa com Deficiência para discutir o Plano de Mobilidade; **Ana Valéria Moraes (FACED)**: Convidar o DNIT e o DETRAN para debaterem no ConCidades sobre os temas “BRs x População do entrono” e “Transportes Intermunicipais”; **Cyro Régis (Seinfra)**: Convidar o DETRAN e o DNIT para fazer explanação sobre a BR-304, em reunião do ConCidades; e convidar o DER para explanar sobre os projetos de construção de novas estradas, no Estado. Nada mais havendo a tratar e após agradecer a presença e as contribuições de todos e todas, foi dada por encerrada a presente reunião e convidados todos os presentes a participarem do almoço de confraternização, marcando o encerramento das atividades do ConCidades/CE, no ano de 2014, no refeitório da Escola de Gestão Pública.

Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades